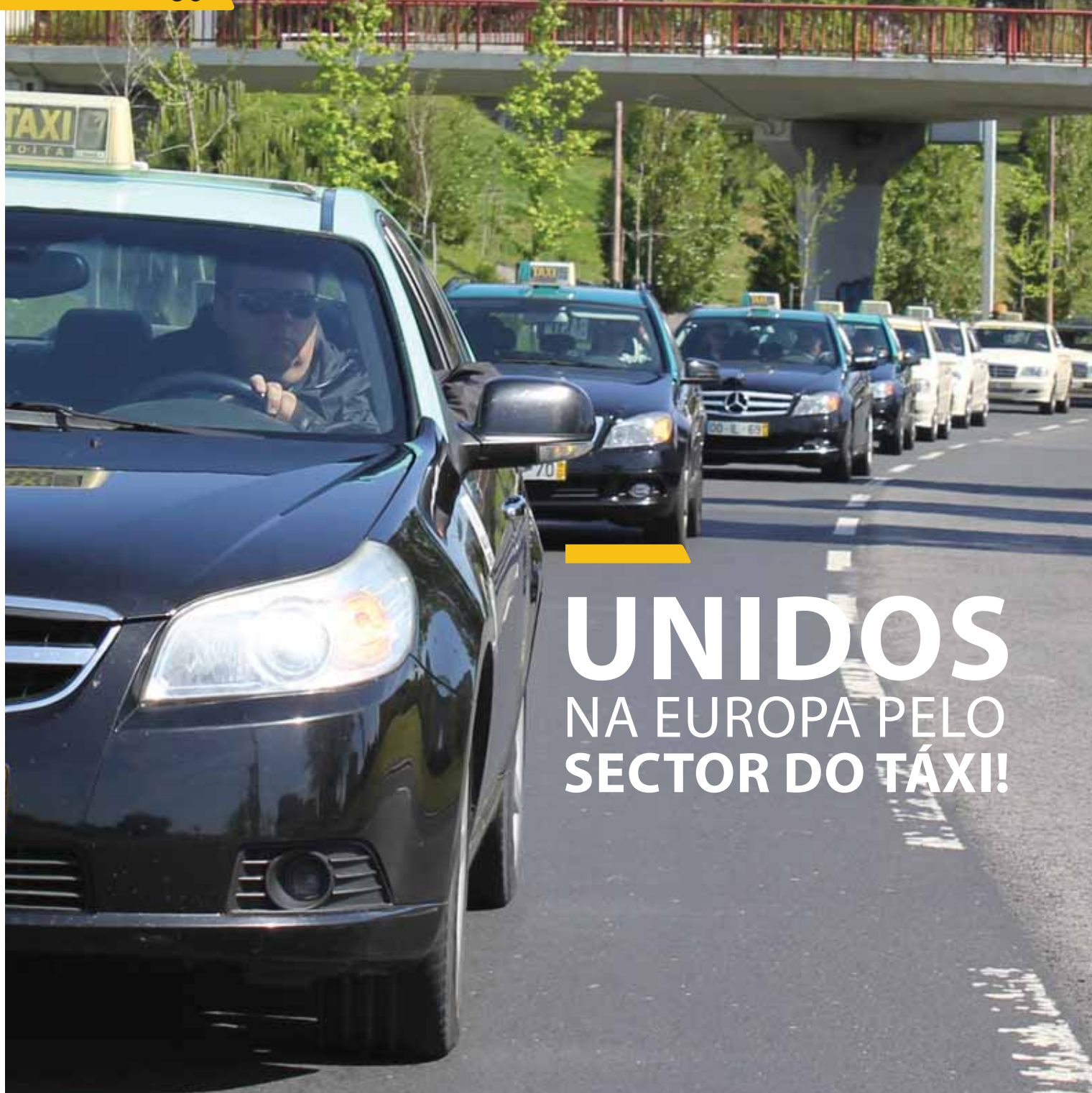


TÁXI

:: REVISTA DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI - FPT ::
:: MEMBRO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DO TÁXI - CET ::

60



UNIDOS
NA EUROPA PELO
SECTOR DO TÁXI!

O SEU TÁXI NO SEU SMARTPHONE



COMPATIBILIDADE BENEFÍCIOS

- ▶ Totalmente gratuito.
- ▶ A melhor forma de pedir táxi. Rápida e simples.
- ▶ A aplicação localiza automaticamente a sua posição. Pode mover o ícone no mapa para alterar a posição ou escrever o endereço.
- ▶ A aplicação mostra-lhe a sua posição e a do táxi no mapa. Enquanto se mantiver ligado poderá visualizar o estado do serviço e acompanhar o trajeto do carro.
- ▶ Facilidade de pedir um táxi para as moradas registadas no histórico.
- ▶ Direto ao sistema de gestão e ao táxi sem passar pelas operadoras.
- ▶ Mais de 20.000 táxis em Portugal e no estrangeiro.
- ▶ Um único registo permite-lhe utilizar qualquer uma das centrais

FUNCIONALIDADES SERVIÇOS

- 01 Pedir um táxi
- 02 Marcação antecipada de serviços
- 03 Utilização igualmente disponível para serviços de clientes com contrato
- 04 Selecionar rotas
- 05 Possibilidade de adicionar observações para cada serviço com: o nº do quarto do hotel, o nº do voo, o nome da pessoa a transportar, etc.
- 06 Seleção de requerimentos especiais: Carrinha, + 4 passageiros, Visa, Mobilidade reduzida, etc
- 07 Capacidade para múltiplas reservas, verificação do estado e anulação do serviço.



RESERVE O SEU TÁXI
ATRAVÉS DE UM **CLICK**

+ de 2000 profissionais.
todos os dias! o dia todo!

Coop táxis
cooptaxis.pt

CONTACTOS
clientes@cooptaxis.pt
tel. 217996475





Carlos Ramos

CONTRA A CONCORRÊNCIA DESLEAL

O trimestre que agora termina tem como marca importante o trabalho que a Federação está a realizar junto das entidades oficiais, junto das quais a FPT espera encontrar soluções para os urgentes problemas que afectam o Sector. Nestes encontros e diálogos, a FPT foi recebida em audiências com deputados de quase todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, centro da decisão e do poder em Portugal. O balanço é positivo, pelo acolhimento de que foram alvo as propostas da FPT. A Federação registou o compromisso de todos os que afirmaram conduzir os documentos apresentados pela FPT a quem de direito.

A tomada de posição da Federação, através dos Órgãos de Comunicação Social, sobre a indignação do Sector do Táxi, a nível europeu, contra os serviços da aplicação Uber, dominou o panorama noticioso da segunda semana de Junho. A situação dramática requer medidas urgentes. A Uber já está em Portugal e o Sector tem que mostrar a sua total discordância face à sua actividade, uma vez que iria concorrer com os táxis sem estar devidamente credenciada, formada e licenciada para tal.

A Federação denuncia a actividade de evidente concorrência desleal desta empresa e está confiante de que o Governo e autoridades competentes saberão estar à altura de manter a sã concorrência no serviço de transporte de passageiros. A situação já é muito complicada, para que agora surjam condutores sem formação, particulares, a delapidar um mercado já tão depauperado.

A FPT pronunciou-se também sobre o licenciamento dos riquexós, mais um transporte turístico que se constitui como concorrência negativa, já que não lhe é exigido o rigor que é imposto aos táxis e aos seus profissionais. A FPT mais uma vez denuncia a grave disparidade dos níveis de exigência face aos riquexós e a outros meios de transporte turístico, que em muito prejudica a concorrência que deveria ser um meio e uma meta para uma sociedade mais justa no Sector do transporte de passageiros.

O trabalho das Delegações Norte, Centro e Sul é sempre notícia, com a atenção virada para a intervenção da FPT junto dos municípios. Em Sintra, a autarquia quis ouvir os profissionais e industriais do Sector para realizar mudanças significativas que permitem adequar a oferta à procura no concelho, abolindo o regime de duas coroas de estacionamento. O diálogo compensa, se for informado e bem trabalhado, como também o foi junto das autarquias de Arcos de Valdevez e de Vila Nova de Gaia.

No Algarve, em Faro, a FPT realizou a Festa do Táxi, com a colaboração da Renault Portugal e do seu concessionário local. Os profissionais e empresários conviveram e trocaram experiências, aproveitando para conhecer os novos modelos Dacia.

O Festival CoolTáxi, na Ericeira, foi um sucesso que o leitor vai conhecer melhor na próxima edição da Táxi, uma vez que na altura em que ocorreu esta festa, a edição estava já no seu fecho.

ÍNDICE

- 04** FEDERAÇÃO
- 07** ACTUALIDADE
- 17** INTERNACIONAL
- 20** NOTÍCIAS
- 24** AR DO SUL
- 26** VENTO NORTE
- 27** OPINIÃO
- 29** PARCERIAS
- 30** AMBIENTE
- 32** PAÍS REAL

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR Carlos Ramos **PROPRIEDADE** Federação Portuguesa do Táxi - FPT **NIF** 503404730 **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO** Estrada de Paço do Lumiar, Lt, R-2, Loja A 1600-543 Lisboa **TELF** 217 112 870 **FAX** 217 112 879 **E-MAIL** sede@fptaxi.pt **DELEGAÇÕES FPT: NORTE** Rua Júlio Lourenço Pinto, 124, 4150-004 Porto **TELF** 223 722 900 **FAX** 223 722 899 **E-MAIL** del.norte@fptaxi.pt **CENTRO** Av. Fernão Magalhães, 481, 1º A, 3000-177 Coimbra **TELF** 239 840 057 / 912 282 060 **FAX** 239 840 059 **E-MAIL** del.centro@fptaxi.pt **SUL** Rua Coronel António Santos Fonseca, Ed. Batalha, Lt.23, R/C Dto., 8000-257 Faro **TELF** 289 878 102 **FAX** 289 878 104 **E-MAIL** del.sul@fptaxi.pt **NÚCLEO DE PORTIMÃO** Urbanização Vista Mar e Serra, Lote 24 1º Esq, 8500-783 Portimão **TELF** 961 939 083 **E-MAIL** dnucc.portimao@fptaxi.pt **EDITOR** Rafael Vicente **FOTOGRAFIA** Rafael Vicente **PAGINAÇÃO E GRAFISMO** Altodesign, Design Gráfico e Webdesign, Ida **TELF** 218 035 747 / 912812834 **E-MAIL** geral@altodesign.pt **COLABORADORES** Isabel Patrício, António Pedro, Fernando Carneiro, Carlos Lima, Patrícia Jacobetty **IMPRESSÃO** Associação dos Deficientes das Forças Armadas **TIRAGEM** 4000 exemplares **EMPRESA JORNALÍSTICA** 219182 **REGISTO DE TÍTULO** 1191183 **DEPÓSITO LEGAL** 92177/95

FPT FESTIVAL COOLTÁXI

FEDERAÇÃO PROMOVE ENCONTRO EM PINHAL DE FRADES, ERICEIRA



O dia 22 de Junho, Domingo, foi de festa entre os associados da Federação Portuguesa do Táxi, os profissionais do Sector e os representantes das marcas que apoiam o “FPT Festival CoolTáxi”, em Pinhal de Frades, Ericeira. A iniciativa dinamizada pela Federação contou com a parceria da **Renault Portugal e com os patrocínios da BP Portugal, da NOS, da Taxitronic, da Zurich, da Luso- Atlântica, da Express Glass e do Grupo PIE.**

O Festival brilhou com o animador Miguel Peixoto (repórter habitual no programa “5 para a Meia Noite” e na Super FM), com música com a banda “Trotil” (grupo que anima as festas de Verão da TVI), com a actuação do rancho folclórico, com jogos tradicionais (cartas, jogo da malha, puxa a corda, corridas do saco, tiro às latas), com insuflável gigante para as crianças, e outras acções promocionais dos parceiros desta festa: sorteios, jogos.

“É uma óptima oportunidade para conviver entre profissionais e empresários do Sector, criando novos laços com as marcas que nos apoiam e que oferecem vantagens à FPT e aos seus elementos”, garante Carlos Ramos, presidente da Direcção da Federação.

Neste evento, os participantes tomaram contacto com a vasta gama de veículos Renault e Dacia, seleccionados para o exercício da actividade em táxi, com particular destaque para a versão Táxi do mo-

delo Renault Fluence ZE, que contou com a oferta adicional de 3.000,00 euros de apoio à retoma, limitada aos 5 primeiros negócios concretizados naquele dia e confirmados até ao final do mês de Junho de 2014.

Os modelos de marca Dacia contaram igualmente com a oferta da extensão do Contrato de Manutenção até 36M/70.000 KM para os 5 primeiros negócios concretizados durante o Festival.

Houve ainda sorteios: 2 X 2 Pneus - 2 X 5 Lt Óleo - 2 X 2 Escovas limpa pára-brisas para participantes.

A BP Portugal participou no evento com várias iniciativas das quais se destaca: Slot Machine (com o formato de uma bomba de combustível) em que os participantes jogaram mediante a apresentação do cartão BP/FPT e de uma factura BP com o mínimo de 35 litros da semana imediatamente anterior ao evento, para atribuição do brinde.

A BP disponibilizou também um carro de pipocas para as crianças.

A NOS dispõe de um vasto portefólio de soluções à medida das necessidades das pequenas e médias empresas e dos profissionais liberais: telefone, telemóvel, internet e televisão com comunicações ilimitadas. No escritório, em casa ou na rua, em Portugal e no estrangeiro. Tudo com a tecnologia mais avançada do país, disponível também para os profissionais deste sector.

A Taxitronic, marca de referência em taxímetros e outros equipamentos electrónicos para o sector, não podia deixar de estar presente nesta grande festa do táxi. Foi possível ver os mais recentes taxímetros TX52 e TX40 e conhecer, em primeira mão, a Nova GoBox TXD70, que incorpora nova tecnologia de comunicação e funcionalidades. Outra novidade foi a nova Lanterna TL70 que tem como opção um módulo de GPS e Bluetooth para assegurar o funcionamento do SmartTD. Foi também apresentado o sistema para facturação certificado – SmartTF.

A Luso Atlântica esteve presente no Festival Cooltáxi, em parceria com a Zurich, a Saúde Prime e a ExpressGlass.

Estas marcas garantem um conjunto de actividades que são do interesse dos profissionais e empresários do Sector: aconselhamento em matéria de sinistros automóveis; apresentação e simulação de condições de seguros para a actividade em táxi; divulgação de um produto de descontos em consultas e actos médicos; equipa móvel da ExpressGlass que, gratuitamente, tratou dos vidros dos veículos dos associados presentes através de pequenas reparações e/ou aplicação de produto para melhorar a visibilidade.

Na próxima edição a Revista Táxi vai divulgar os testemunhos dos associados, profissionais e empresários que participaram no evento. ●

PREPARAÇÃO DA NOVA CONVENÇÃO PARA 2015

FPT COLOCA QUESTIONÁRIO AO SECTOR

A Federação Portuguesa do Táxi já começou a preparar-se para as negociações que vão ter início sobre a Convenção para 2015 que estipula as tabelas do serviço em táxi.

Para o trabalho que vai realizar-se no âmbito do Ministério da Economia, a FPT pretende auscultar os associados e profissionais do Sector.

Até 15 de Julho, os interessados podem participar, enviando as suas respostas ao questionário que a FPT apresentou no site e agora na Revista Táxi.

- 1) É oportuno actualizar o sistema tarifário? Porquê?
- 2) Uma eventual actualização deve ser feita em que áreas e porquê:
 - Bandeirada;
 - Fracções;
 - Tempo de espera;
 - Todas as anteriores.
- 3) Devem ser criadas tarifas regionais? Porquê?
- 4) Devem ser criadas tarifas sazonais? Porquê?

As suas respostas são importantes para que a FPT conheça a opinião do Sector, podendo assim melhor fundamentar as propostas que apresentará durante as negociações da próxima Convenção.

Os interessados podem participar através do nosso website - <http://fptaxi.pt/>

A sua ajuda é preciosa! Colabore!



CENTRO DE MEDICINA NA SEDE DA FPT

A Federação Portuguesa do Táxi está a preparar novas instalações para a entrada em funcionamento de um Centro de Medicina para atendimento dos associados e outros. O Centro de Medicina vai funcionar nas instalações que recentemente entraram na posse da FPT, junto à Sede, em Lisboa. "Esta nova valência traz mais benefícios aos associados e seus familiares, sendo também uma fonte de financiamento para a Federação", realça Carlos Ramos, presidente da Direcção da FPT. Consultas: Carta Simplex; Carta Grupo 2 e Pesados (<50 anos/ CAP+Carta Grupo 2 e Pesados <50 anos); Carta Grupo 2 e Pesados (≥50 anos/CAP+Carta Grupo 2 e Pesados ≥50 anos); Consulta de Clínica Geral.

O dirigente salienta ainda que "a saúde é hoje um valor crescente para a Federação", no âmbito da Medicina do Trabalho e da Medicina Preventiva ou dos cuidados de Enfermagem.

A abertura do Centro de Medicina em Lisboa poderá anteceder à criação de espaços semelhantes noutros pontos do País, referiu o presidente. ●

WEBSITE E FACEBOOK

São notícias curtas e incisivas e estão no site da FPT (<http://www.fptaxi.pt/>) na internet. A plataforma informativa que tem sido desenvolvida e actualizada no âmbito do programa apresentado pelos Órgãos Sociais da Federação está a colher elogios junto dos associados.

As notícias são breves e sempre acompanhadas por imagens ou fotografias e avisam sobre iniciativas ou factos de forma mais imediata, uma vez que a Revista Táxi, pela sua periodicidade trimestral, tem como missão explicar os desenvolvimentos dessas notícias que o site anuncia.

A FPT também criou e actualiza um perfil no Facebook (www.facebook.com/fptaxi), com pequenos artigos e questionários que têm motivado a participação de muitos profissionais e industriais ligados ao Sector do Táxi e à Federação.

Os dirigentes da FPT apostaram numa divulgação informativa mais abrangente e com uma frequência e regularidade superiores, para benefício dos associados e do Sector. ●

REBOQUES EM TÁXI

A FPT solicitou, em 27 de Maio, uma informação ao IMT sobre os termos e as condições em que a utilização de reboque em táxis é permitida. O pedido de informação surge no seguimento de questões levantadas pelos associados da FPT sobre esta matéria, a propósito da época alta de turismo que se iniciou. As questões foram colocadas maioritariamente

por associados da zona sul do País e da área de Lisboa.

O artigo 110º, n.º 8 do Código da Estrada prevê a utilização de reboque em táxi, destinado ao transporte de bagagem dos passageiros.

A FPT aguarda informação do IMT, IP para esclarecimento dos industriais e profissionais do Sector. ●

*Partiu o
vidro do seu
automóvel?*

NA EXPRESSGLASS,
TEMOS A SOLUÇÃO.
LIGUE 808 211 690

 [facebook.com/expressglass](https://www.facebook.com/expressglass)



www.expressglass.pt

EXPRESSGLASS
Vidros para Viaturas

AUDIÊNCIAS COM GRUPOS PARLAMENTARES

FEDERAÇÃO APRESENTA QUESTÕES PREMENTES



A Federação Portuguesa do Táxi - FPT foi recebida em audiência pelos grupos parlamentares do Partido Socialista, do CDS-Partido Popular, do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista Os Verdes nos meses de Maio e Junho, no Parlamento, em Lisboa.

As audiências foram solicitadas pela FPT no sentido de solicitar a intervenção urgente das várias forças políticas para a resolução dos problemas que mais afectam o Sector do Táxi e que há anos aguardam resposta por parte do poder executivo. Os temas candentes apresentados incluem o transporte escolar em táxi (publicação de portaria sobre transporte de crianças); o acesso ao exercício da profissão de motorista de táxi e formação, sistemas b-learning e e-learning, conteúdos formativos e avaliação dos formandos (publicação de portaria); a rentabilização do Sector - suspensão da atividade sem perda de direitos e concorrência desleal; a regulamentação das praças de táxis das chegadas do Aeroporto da Portela (Lisboa) e portos marítimos de passageiros de Lisboa; o apoio ao Sector para a implementação de energias limpas, nomeadamente eléctricas; e o transporte de doentes não acamados.

A regulamentação das praças de táxis do Aeroporto de Lisboa (chegadas) e

dos portos marítimos de passageiros de Lisboa já está em discussão pública e já foi publicada na Revista Táxi, bem como as propostas relativamente ao transporte de doentes não urgentes. A Revista Táxi publica a posição da FPT referente à rentabilização do Sector.

A Direcção da FPT, representada pelo presidente Carlos Ramos, sublinhou a urgência de resolução destes problemas, por parte dos grupos parlamentares, como forma de ultrapassar a actual crise do Sector do Táxi.

As audiências permitiram à Federação recolocar na agenda dos partidos os assuntos mais prementes do Sector, realizando-se as reuniões da seguinte forma: PS, no dia 15 de Maio, CDS-PP, no dia 27 de Maio, PCP, no dia 3 de Junho, Bloco de Esquerda, no dia 3 de Junho, e PEV, no dia 6 de Junho.



Os deputados socialistas Rui Paulo Figueiredo e Fernando Serrasqueiro receberam a FPT no dia 15 de Maio, e mostraram-se surpreendidos pela morosidade na resolução das questões apresentadas pela Federação.

Os deputados garantiram que irão colocar os temas na agenda política, questionando o Governo.

A discussão Regulamento para as praças do Aeroporto e Portos de cruzeiro de Lisboa foi também outra das questões suscitadas pelos próprios representantes do grupo parlamentar socialista, que ouviram a posição da FPT e a sua proposta sobre a matéria.

A FPT foi recebida pelo deputado centrista Hélder Amaral, no dia 27 de Maio, que mostrou o acolhimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP para as questões e propostas da Federação, com realce para a busca de novos mecanismos de regulação e de fiscalização do Sector e das práticas irregulares. O deputado referiu que a lei tem que ser flexível e que as entidades locais, como as autarquias, devem ser permeáveis às propostas que as associações dos táxis apresentam.

Para o deputado, o futuro pode passar por uma alteração da legislação em termos fiscais, nomeadamente nos apoios à reconversão de frotas para viaturas mais amigas do ambiente e mais rentáveis para o Sector. Hélder Amaral considera que "há sectores profissionais que devem ser apoiados". O deputado incentivou a Federação a continuar o seu trabalho de apresentação destas temáticas, designadamente no que respeita ao transporte de doentes não urgentes, uma vez que está pendente de resolução e que o utente tem que ter uma oferta maior, sendo que o Estado, ao centralizar os serviços de saúde deveria ter em conta o transporte e a sua concorrência. "É uma matéria que está 'madura' e que requer mais discussão pública, sendo esta "a altura ideal para esse trabalho de sensibilização e de resolução".

Na audiência com o deputado Bruno Dias do Partido Comunista Português, no dia 3 de Junho, também participou o membro do Comité Central do partido, Manuel Gouveia.

O deputado salientou que "há aspectos de carácter local e autárquico para resolver, que registamos e trabalhamos no âmbito geral do partido".





Audiência PCP



Audiência CDS

Quanto aos clandestinos, o problema está, para o PCP, ligado à falta de meios para fiscalização. "Não vamos lá só com o agravamento de penas", considerou o deputado Bruno Dias, que aposta na fiscalização para a resolução desse assunto.

O deputado assumiu que o PCP vai colocar algumas questões ao Governo, uma vez que "há situações apontadas e documentadas". A questão das praças do aeroporto e Porto de Lisboa aguarda discussão parlamentar. Sobre as portarias a publicar e sobre o transporte de doentes, o PCP assumiu ir averiguar, salientando que a regulação da frota de táxis na capital e a criação do fundo de licenças são assuntos para discussão local.

O PCP defende que o PEC é uma questão que "continua a asfixiar o Sector", sublinhando a importância do problema gerado com a impossibilidade de tornar dedutível o custo com a energia eléctrica nos táxis. No mesmo dia 3 de Junho, teve lugar a

audiência com o Bloco de Esquerda, que foi concedida pelo assessor parlamentar Moisés Ferreira, que, depois de ouvir os representantes da FPT, informou que "há questões de clarificação que podem avançar de imediato, com interpelações ao Governo". O deputado questionou ainda se a morosidade da publicação de portaria que regule o acesso à formação e à profissão não estará relacionado com uma liberalização do Sector, no decurso da transposição de directivas europeias para a nossa legislação. O BE opõe-se à desregulamentação da profissão e do Sector, renovando o compromisso de colocar a questão ao ministro da Economia. O BE considera "particularmente interessante" a proposta da suspensão das licenças, que reduz o mercado especulador, acrescentando que os apoios ao sector poderiam ser mais directos. O assessor comprometeu-se a diligenciar na AR e no município lisboeta quanto ao regulamen-

to das praças de táxi do Aeroporto e Porto de Lisboa.

Com o Partido Ecologista Os Verdes O deputado José Luís Ferreira, do PEV, recebeu a FPT no dia 6 de Junho.

PROPOSTAS DA FPT PARA A RENTABILIZAÇÃO DO SECTOR DO TÁXI

Para combater o sério problema da acentuada diminuição da produtividade/ rentabilidade do sector que representamos, a Federação Portuguesa do Táxi - FPT tem vindo a trabalhar algumas medidas que podem contribuir para a solução do problema, sendo que algumas delas estão dependentes de apoio legislativo. Estão entre essas medidas as seguintes:

SUSPENSÃO DA ACTIVIDADE SEM PERDA DE DIREITOS

O artigo 17 do DL 251/98 de 11 de Agosto estipula a obrigação de a viatura táxi estar à disposição do público de acordo com o regime de estacionamento que lhe for fixado. Mais se prevê no artigo 18 do mesmo diploma legal que, com excepção das situações ali previstas, caduca a licença de táxi sempre que ocorra abandono do exercício da actividade o que acontecerá se a viatura táxi não estiver à disposição do público durante 30 dias consecutivos ou 60 interpolados durante um ano civil. Em razão da degradação económica do sector têm sido muitos os titulares das licenças de táxi que são forçados a aceitar proceder ao denominado "subaluguer" a terceiros, como forma de evitarem a perda da licença de táxi, por caducidade nos termos supra referidos. Estes contratos são naturalmente precários e em regra desequilibrados do ponto de vista da igualdade contratual, pois o titular da licença é, em regra, o "elo mais fraco" o que causa situações de enorme instabilidade e insegurança jurídica.

A intenção do legislador quando determinou tal cominação - caducidade do direito à licença - tinha em vista o absentismo e não certamente a inacção motivada por razões puramente económicas. É essa a razão e fundamento pela qual esta FPT considera que deve ocorrer intervenção legislativa que corrija a situação descrita. Uma das soluções que a FPT defende para corrigir tal situação é a permissão legal de os respectivos titulares depositarem, a título devolutivo, junto das respectivas Camaras Municipais e por um período de tempo

a definir, as suas licenças, obrigando-se a descaracterizar a viatura afectada à mesma e permitindo ao respectivo titular exercer, querendo, no respectivo período uma outra actividade profissional.

Efectivamente esta solução não apenas dava resposta aos atuais titulares de direito à licença que não pretende de facto explorar a mesma, mas pretendem mantê-la, como além do mais permitia ainda equilibrar a oferta com a procura que nesta altura é claramente inferior à oferta, factor que por si só é suficiente para agravar a situação económica do sector.

COMBATE AOS CLANDESTINOS

Outra situação que tem de merecer por parte das entidades que titulam o sector maior atenção é o combate aos clandestinos. Efectivamente é do conhecimento público que inúmeras viaturas táxi afectadas a licenças emitidas para freguesias do interior estão a ser utilizadas para a prestação de serviços de táxi na cidade de Lisboa, com o pretexto de estarem agregadas a empresas titulares de licenças de táxi ou outras que efectuem prestação de serviços com companhias de seguros para o transporte de sinistrados e de assistência em viagem.

A situação descrita verifica-se diariamente e em número cada vez maior face à aparente imperatividade da fiscalização, facto que muito tem afectado os industriais com licenças de Lisboa, que assim vêem diminuída a já pouca procura no seu concelho pois a que existe está a ser "partilhada" com viaturas afectadas a outros concelhos e freguesias, em regra, bem distantes de Lisboa. É assim necessário fomentar, por via legislativa, a agilidade na reacção a estas situações, seja quanto à fiscalização seja quanto às consequências, devendo ser prevista a imediata cassação da licença de táxi quer do que presta o serviço quer do que dá cobertura à situação descrita, visando unicamente fazer cessar mais uma situação de concorrência desleal crescente face à inoperatividade dos mecanismos legais.

PARAGEM UMA VEZ POR SEMANA

Sendo que não será possível, nem aos industriais, nem ao executivo, alterar a percentagem da procura de serviços de táxi, terá que ser analisada a questão do ponto de vista da oferta de tais serviços, situação em que os industriais podem e devem promover alterações, através



Audiência BE



Audiência Verdes

do recurso às entidades próprias. A FPT entende que é "de toda a utilidade" providenciar pela gestão da oferta disponível, gerindo sob forma de contenção a oferta do contingente, determinando-se a paragem de cada viatura um dia útil por semana e 50 por cento ao Sábado e 50 por cento ao Domingo, de acordo com a terminação do número de licença, e aconselhando todo o contingente a aderir às centrais-táxi de forma a otimizar a sua prestação de serviços, para que, para a mesma procura, ocorra uma menor oferta do contingente, pelo que esta teria maiores condições de aumentar a média do número de serviços de que actualmente dispõe, aumentando assim a sua rentabilidade quer pelo aumento da receita, quer principalmente pela redução de custos. A FPT juntou à fundamentação deste ponto documentos elaborados pelo IMTT, CML, FPT e Associações de profissionais de Madrid e Barcelona presentes

no seminário internacional promovido pelo IMTT, em 2008.

criação de um fundo para aquisição de licenças

Outra medida defendida pela FPT "para uma redução efectiva do contingente na cidade de Lisboa", é a criação de um fundo que tenha como objectivo a aquisição de licenças, constituído e financiado por verbas provenientes de várias entidades do sector (dos industriais, de parte das receitas da CML relativas à actividade, do poder central, de parceiros da área dos combustíveis). A gestão do fundo caberia à CML com a participação dos representantes do Sector que definirá a cada momento o número ideal do contingente e comprará a preço de mercado as licenças daqueles que pretendam deixar a actividade. Logo que se torne necessário poder-se-ia incrementar o contingente pela venda de licenças do fundo cujo valor constituirá receita. ●

PARTIDOS POLÍTICOS INTERPELAM O GOVERNO

DEPOIS DAS AUDIÊNCIAS QUE A FPT MANTEVE COM ALGUNS PARTIDOS POLÍTICOS DURANTE OS MESES DE ABRIL E MAIO, O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E O BLOCO DE ESQUERDA INTERPELARAM O GOVERNO, NOMEADAMENTE OS MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. A FPT CONGRATULA-SE POR TÃO RAPIDAMENTE TEREM SIDO COLOCADAS AQUELAS QUESTÕES AO GOVERNO E SEUS MINISTÉRIOS.

SOBRA AS PORTARIAS A PUBLICAR

Sobre a falta de publicação de Portarias sobre formação inicial e contínua de motorista de táxi, o PCP realçou que "importa o quanto antes definir aspectos concretos como a carga horária, módulos formativos, formação à distância, certificação das entidades formadoras, etc.", e que "tendo em conta que não existe outro regime em vigor, nem transitório nem o anterior (que foi revogado), ficamos assim perante um vazio legal que urge colmatar".

O PCP perguntou ao Governo, através do Ministério da Economia e do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social:

1. Que explicações tem o Governo acerca desta situação? Quais os motivos para este atraso na regulamentação sobre a formação de motoristas de Táxi?
2. Qual o ponto de situação no processo de definição e aprovação da Portaria em causa?
3. Quando se prevê a publicação e entrada em vigor da regulamentação em apreço?

O BE também destinou ao Ministério da Economia as suas questões sobre esta matéria, considerando "a portaria a que se refere o n.º 3 do art.º 9 da Lei 6/2013" como "uma peça fundamental para que se regule e se tornem transparentes as regras de acesso e de exercício da profissão de motorista de táxi. Acontece que o sector se queixa frequentemente que essa mesma portaria ainda não foi publicada, apesar de já se ter passado quase um ano e meio".

Para o BE, "esta é uma situação que coloca problemas ao sector e que impossibilita qualquer intenção de promoção de formação inicial e contínua como requisito de acesso e exercício da



profissão de motorista de táxi. Perante a ausência de Portaria o sector vive um momento de vazio em que, por um lado a actual lei não pode entrar em funcionamento por completo; por outro lado, a anterior lei foi revogada".

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirigiu as seguintes questões ao Governo:

1. Qual a razão para que a Portaria para que remete a Lei 6/2013 não ser elaborada e publicada?
2. Pensa o Governo proceder a alterações à Lei 6/2013 e, por isso, não publica a Portaria a que aludimos?

SOBRE A PRAÇA DE TÁXIS NO AEROPORTO DA PORTELA

O BE também questionou o Governo (Ministério da Economia) sobre a matéria relacionada com a Praça de Táxis no Aeroporto da Portela, realçando que a resposta da ANA deixou os representantes do Sector do Táxi "muito apreensivos, pois poderão vir a ser confrontados com a exigência de um pagamento adicional para poderem desenvolver o seu trabalho".

Segundo o BE, "esta situação, a colocar-se mesmo que seja hipoteticamente, é intolerável, pois prejudicará a vida de muitos taxistas apenas para engrossar lucros de um privado que agora é dono da ANA Aeroportos de Portugal".

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirigiu ao Governo as seguintes perguntas:

1. Tem conhecimento desta situação?
2. Está a ser ponderada pela ANA e pelo Grupo Vinci a cobrança aos taxistas pelo acesso à praça de táxis no Aeroporto da Portela?



3. Para dissipar as dúvidas e proteger os taxistas de uma cobrança abusiva, pondera o governo colocar a gestão desta praça de táxis sob alçada do IMTT, por exemplo?

4. Consegue garantir aos taxistas que eles não serão alvo de uma cobrança pela utilização do espaço da praça de táxis?

Sobre esta matéria, o PCP também se pronunciou e referiu que “não se pode continuar a assistir a esta situação de aparente “terra de ninguém”, eternizando problemas que já deviam ser resolvidos – e que agora ficam até mais distantes da gestão pública, como aliás se passou com a privatização da ANA Aeroportos”. O PCP lembrou que a Federação Portuguesa do Táxi suscitou a questão de “estarmos perante praças de táxi cuja especifici-

dade justificaria uma jurisdição e gestão por via do ex-IMTT”, salientando que “no entanto, esta situação permanece no vazio e na indefinição, face à ausência de resposta e de medidas do Governo. No caso do Aeroporto de Lisboa e da ANA Aeroportos, agora privatizada, coloca-se até a preocupação face a uma inadmissível “hipótese”, de se aplicar unilateralmente ao sector do Táxi a cobrança de pagamentos pelo acesso e utilização da praça”.

O PCP perguntou o seguinte ao Governo:

1. Qual o acompanhamento que o Governo e as autoridades competentes têm desenvolvido relativamente a estas questões?
2. Qual a análise que o Governo faz sobre a introdução ou não do já equacionado projecto de regulamento de funcionamento e utilização das praças de táxi junto ao Aeroporto e aos terminais do Porto de Lisboa?
3. Considera o Governo estas praças de táxi como espaços cuja especificidade justificaria uma jurisdição e gestão por via do ex-IMTT, actual Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP?
4. Que medidas estão previstas para garantir que não será penalizado o sector do Táxi, desta vez com mais uma medida unilateral de cobrança ilegítima por parte da empresa privatizada ANA Aeroportos?

SOBRE FISCALIZAÇÃO E COMBATE À ACTIVIDADE CLANDESTINA E CONCORRÊNCIA DESLEAL

O PCP interpelou o Governo ainda quanto à fiscalização e combate à actividade clandestina e concorrência desleal no Sector do Táxi, situação que, “tem de merecer maior atenção por parte das entidades que tutelam o Sector”.

Ao Ministério da Economia e ao Ministério da Administração Interna, o PCP colocou as seguintes questões:

1. Qual o balanço da intervenção desenvolvida pelas autoridades competentes na fiscalização e combate à actividade clandestina e concorrência desleal no sector do Táxi, incluindo designadamente em relação às situações acima descritas?
2. Que medidas estão previstas para promover o reforço de meios e capacidade de resposta, para uma intervenção no terreno mais eficaz e sistemática neste domínio? ●

USUFRUA DOS SEUS DIREITOS CUMPRINDO OS SEUS DEVERES



MANTENHA A SUA QUOTA FPT ACTUALIZADA

REUNIÕES FPT NO ÂMBITO DA AUTARQUIA LISBOETA

VISITA DO CDS-PP



A Federação Portuguesa do Táxi reuniu com o vereador do CDS-PP da Câmara Municipal de Lisboa, João Gonçalves Pereira, no dia 17 de Março, sendo transmitidos ao vereador os vários problemas que assolam o sector, tanto ao nível nacional, como no concelho de Lisboa.

O vereador visitou a Federação e manifestou a intenção de levar propostas da FPT à Assembleia Municipal, sublinhando que a Federação deveria fazer chegar essa informação também ao Grupo Parlamentar do Partido na Assembleia da República, no sentido de trabalhar uma alteração à lei.

O Regulamento para as Praças de Táxi do Aeroporto da Portela e Porto de Navios de Passageiros de Lisboa foi outro dos temas em apreço.

REUNIÃO COM PCP



O Partido Comunista Português (PCP) recebeu a FPT em 24 de Abril e Carlos Moura, João Bernardino e assessores receberam as questões que a Federação decidiu apresentar às forças políticas no seio do município.

Os representantes comunistas mostraram grande abertura para a resolução urgente da regulamentação das praças do Aeroporto e do Porto de Lisboa.

O PCP mostrou-se disponível para na Assembleia Municipal levantar aquelas questões ao Executivo Camarário, com destaque para a regulamentação agora em análise pública.

Para o PCP é importante colocar brevemente na Assembleia Municipal a cedência de um terreno à Federação, como já foi avançado na Revista Táxi.

Entretanto foram enviados aos gabinetes de apoio de outros vereadores da CM Lisboa pedidos de reunião, uma vez que a FPT desenvolve estes encontros no sentido de apresentar as questões mais prementes para o Sector do Táxi, sensibilizando as entidades públicas, ao nível autárquico, para o que urge resolver.

DIRECTOR MUNICIPAL RECEBE FPT



O director municipal de Mobilidade e Transportes da CM Lisboa, engenheiro Tiago Farias, recebeu a delegação da FPT composta por Carlos Ramos, António Marques e Américo Azevedo, no dia 29 de Maio, em Lisboa.

Na reunião, a Federação apresentou o caderno das questões mais urgentes, estabelecendo com o director municipal uma priorização de temas para tratamento e acompanhamento no seio do seu pelouro. Como primeira prioridade ficaram as questões do Regulamento das praças do Aeroporto e Porto de Lisboa, a cedência de terreno camarário para a Central de Compras da Federação e a proposta da FPT sobre a suspensão de licenças, como medida que permitiria aos profissionais pararem a actividade por algum tempo (até um limite a deliberar) para tentarem trabalhar noutra actividade, podendo reassumir a licença sem outros custos ou sem novos concursos. Esta proposta criaria mais mobilidade profissional, evitando a prevaricação e a especulação.

A Federação insistiu ainda na temática da rentabilização do Sector do Táxi em Lisboa, nomeadamente através de medidas como a paragem semanal dos táxis e o combate aos clandestinos.

A FPT solicitou ainda maior fiscalização para evitar ilegalidades que a ninguém favorecem, salientando ainda, também como medida de combate às irregularidades, o lançamento de um fundo de gestão de licenças de âmbito municipal. A FPT alertou para as situações difíceis de que tem tido conhecimento mesmo noutros concelhos. Há casos em que os profissionais estão preparados para extremar medidas, com as consequências negativas que daí podem advir. Essa preocupação da FPT foi ouvida pelo director municipal que realçou, no entanto, a dificuldade de criar um fundo com gestão camarária. No caso das praças do Aeroporto e Porto de Lisboa, a CML levanta a questão da competência relativamente à propriedade para resolução desta questão, uma vez que ANA já está privatizada, actual proprietária da área da praça do Aeroporto.

A FPT salientou a proposta conjunta apresentada pelas duas associações sobre a matéria, que vem ao encontro das necessidades manifestadas.

A FPT solicitou agilização no âmbito das reuniões do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, no sentido de mais rapidamente dar respostas às questões que nesse fórum têm sido colocadas. Tendo sido estabelecida a prioridade entre os assuntos apresentados, ficou decidido agendar para o fim de Junho nova reunião com o director municipal e outros representantes interessados naquelas questões, de que a Táxi dará informação na próxima edição. ●

FPT NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LISBOA

A Assembleia Municipal de Lisboa reuniu em sessão ordinária, no dia 15 de Abril, no Fórum Lisboa, sendo efectuada a eleição dos representantes para o Conselho Municipal de Segurança de Lisboa.

A FPT faz parte deste organismo no seio autárquico da capital, representada por António Marques, que desempenha também funções como secretário da Mesa da Assembleia-Geral da Federação e nos Órgãos Sociais da Retális.

Conheça as novidades da primeira reunião do Conselho, pelas declarações do representante da FPT, António Marques, na próxima Revista Táxi. ●



● BREVES DA CAPITAL

Homens detidos por ataque a motorista de táxi

Três homens, com idades entre os 29 e os 56 anos, foram detidos por suspeitas de ofensas à integridade física e injúrias contra um motorista de táxi, informou a PSP de Lisboa.

A situação envolveu três homens que tentaram pagar o serviço de táxi recorrendo a uma metade de uma nota de 20 euros. Confrontados pelo motorista, os suspeitos agrediram-no violentamente, danificaram a viatura e um motociclo que estava estacionado junto ao local do acontecimento. Os polícia, em patrulhamento na rua, interceptaram os homens quando estes estavam a abandonar o local, e apreenderam a metade da nota de 20 euros que estava em falta.

O profissional do táxi recebeu tratamento hospitalar e os detidos foram notificados para se apresentarem no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, onde deverão ser sujeitos à aplicação de medidas de coacção.

Porto de Lisboa recebeu 18 mil turistas num só dia



O novo recorde de passageiros de navios de cruzeiro em visita por Lisboa é de 18 mil turistas num só dia. O porto de Lisboa recebeu, em 6 de Maio, os navios "Queen Mary 2", "Queen Elizabeth 2" e "Queen Victoria", da Cunard Line, bem como outros três navios, o "Rotterdam", o

"Ruby Princess" e o "Silver Whisper". O acontecimento foi assinalado com cerimónia solene, no cais de Santa Apolónia, na presença de representantes do Governo, da Câmara Municipal de Lisboa, da Cunard Line e do Porto de Lisboa. Os seis navios em porto trouxeram à

Capital cerca de 18 mil turistas. A Administração do Porto de Lisboa salientou que "estes números fazem do dia 6 de maio o dia do ano em que porto de Lisboa recebe mais pessoas, considerando passageiros e tripulantes, com um impacto económico superior a um milhão de euros".

A FPT congratula-se com o aumento da frequência das passagens destes grandes navios de cruzeiro pela cidade de Lisboa, pois "trata-se do aumento das oportunidades para mais negócio também para os táxis, tantas vezes os primeiros na linha de atendimento aos cidadãos estrangeiros que querem conhecer os nossos monumentos e atracções turísticas".

ACT - ANOS DEPOIS, UMA RESPOSTA

FPT MARCA POSIÇÃO



Uma das reivindicações da Federação Portuguesa do Táxi prende-se com fim da exigência de caderneta de controlo do horário de trabalho até agora imposta pela Autoridade para as Condições de Trabalho – ACT. A Federação tem trabalhado com diversas entidades (secretaria de Estado, ACT, IMT) para a clarificação desta matéria. A ACT emitiu uma circular que estabelece a harmonização dos regimes legais relativos aos transportes rodoviários, nomeadamente quanto à publicitação dos horários e aos instrumentos de controlo aplicáveis aos motoristas de táxi.

Os motoristas de táxi sujeitos a horário fixo devem ter o mapa de horário de trabalho afixado no estabelecimento e na viatura.

Os motoristas sujeitos a horário de trabalho com horas de início e termo variáveis devem fazer-se acompanhar do LIC (livrete de controlo do horário de trabalho - caderneta).

Os motoristas com acordo de isenção do horário de trabalho devem fazer-se acompanhar do acordo de isenção. Assim, da informação da ACT depreende-se que neste sector deixa de ser obrigatória a utilização da caderneta de controlo, uma vez que a maioria dos trabalhadores tem horário fixo ou acordo de isenção.

A ACT sublinha que relativamente àqueles trabalhadores, o empregador deve

manter o registo de tempos de trabalho previsto no artigo 202.º do Código do Trabalho, incluindo os “trabalhadores que estão isentos de horário de trabalho, em local acessível e de forma a que permita a sua consulta imediata”, com indicação das horas de início e de termo do tempo de trabalho, bem como das interrupções ou intervalos que nele não se compreendam, por forma a permitir apurar o número de horas de trabalho prestadas por trabalhador, por dia e por semana. O documento enviado pela ACT tem implicações na organização de trabalho e até na certificação de motoristas de táxi. A ACT enviou a informação ao IMT, dando conhecimento às associações do Sector do Táxi. O documento emanado pela ACT tem como base no Regulamento Europeu aprovado em Fevereiro último.

Anteriormente, a FPT divulgou no seu site o documento enviado pela ACT, na íntegra, em versão PDF.

Os leitores podem agora conhecer a posição da Federação face ao estabelecido, posição que será também publicada na próxima edição da Revista Táxi.

I - APRECIÇÃO OFÍCIO CIRCULAR ACT

Na parte que nos interessa – transporte de passageiros em viaturas ligeiras de passageiros (táxis): importa extrair de tal ofício o seguinte entendimento dos serviços do ACT:

1) Condutores/Motoristas com horário de trabalho fixo - no caso de o motorista ter horário de trabalho fixo não precisa de ter Livrete Individual de Controlo (LIC), bastando para o efeito serem portadores e terem afixado na viatura o Horário de Trabalho; Vem confirmar o que sempre foi defendido pela FPT desde o início da vigência da Portaria 983/2007 e DL 237/2007;

2) Condutores/Motoristas com horário de trabalho variável (em que o respectivo início e termo são variáveis) – neste caso tais motoristas quando no exercício das suas funções devem fazer-se acompanhar pelo Livrete Individual de Controlo (LIC), devidamente preenchido;

3) Condutores/Motoristas com isenção de horário de trabalho – devem fazer-se acompanhar pelo acordo de isenção, sem prejuízo de a entidade patronal dever manter registo em livro dos tempos de trabalho desse trabalhador, visado por este;

4) Trabalhador por conta própria/Condutores independentes – é o condutor que sem sujeição a contrato de trabalho ou situação legalmente equiparada efectue transportes rodoviários de passageiros, mediante remuneração, com liberdade para organizar a actividade e para estabelecer relações comerciais com

os clientes e cujo rendimento dependa directamente dos lucros. Nesse caso, defende-se no ofício em análise, a forma de publicitação dos tempos de trabalho é o Livrete Individual de Controlo- LIC, porque tais viaturas não estão sujeitos a tacógrafo. Defende-se no ofício que a entrada em vigor do DL nº 117/2012 (que actualmente regula os tempos de trabalho dos condutores independentes em actividades de transportes rodoviário) faz uma revogação tacita dos diplomas anteriores, o DL 44 422 de 27/06/1962 e a Portaria nº 19 462 de 27/10/1962 (que regula para os táxis os horários de trabalho dos condutores por conta própria), e assim revogando as isenções para a condução que estes diplomas previam recorde-se que por via destes diplomas os condutores por conta própria fora dos concelhos de Lisboa e Porto estão isentos de horário e para os condutores destes concelhos prevê um máximo de dez horas diárias de condução, com descanso para refeição, e um dia por semana para descanso); Parece ainda resultar do ofício que o ACT tem **duas distinções para os gerentes** que exercem a actividade da condução:

i) os que são apenas gerentes (não são sócios) são ali considerados trabalhadores por conta de outrem e nessa medida seguem as regras fixadas para os condutores/motoristas por conta de outrem supra referidas;

ii) se são gerentes e sócios são considerados trabalhadores independentes e neste caso devem ser portadores de LIC porque não estão sujeitos a tacógrafo;

5) Quando o Conductor/Motorista utilize a viatura para fins pessoais e fora do horário de trabalho devem fazer-se acompanhar de declaração da entidade patronal nesse sentido;

6) Conductor/Motorista que efectue transporte colectivo de crianças – quando não se aplique a obrigatoriedade da utilização do tacógrafo, deve:

a. Se com horário de trabalho fixo - não precisa de ter Livrete Individual de Controlo (LIC), bastando para o efeito serem portadores e terem afixado na viatura o Horário de Trabalho;

b. Se com horário de trabalho variável (início e termo) - devem fazer-se acompanhar pelo Livrete Individual de Controlo (LIC);

c. Se com isenção de horário de trabalho – devem fazer-se acompanhar pelo acordo de isenção, devendo a entidade patronal manter registo em livro dos tempos de trabalho;

7) Outra questão vertida no ofício é a relativa à formação profissional.

Considera-se que a formação inicial na formação contínua deve considerar-se como preenchendo a formação profissional que o Código do Trabalho exige os trabalhadores por conta de outrem, é o caso das 35 horas de formação contínua anual. Ou seja nos anos em que ocorrer formação inicial ou formação contínua considera-se preenchida a obrigação prevista no Código do Trabalho de a entidade patronal promover formação profissional continua.

8) Também se prevê no ofício que é da competência do ACT emitir a declaração a motorista nacional de país terceiro comprovativa de que aquele está contratado em território nacional de acordo com a legislação portuguesa do trabalho aplicável.

II - APRECIACÃO CRÍTICA DO OFÍCIO CIRCULAR DO ACT:



9) Nada a comentar sobre os pontos explicitados sob os nos 1,2,3,5,6,7,8 pelo que, nesta primeira abordagem, o ponto de divergência reside no explicitado supra sob o ponto nº 4. Efectivamente é nosso entendimento não estar correcta nenhuma das ilações/ conclusões que o ACT desenvolve sobre esse ponto.

Na verdade o DL 117/2012 não se aplica aos Trabalhador por conta própria/ Condutores independentes/cooperadores/gerentes/sócio gerente porque a viaturas táxi não estão abrangidas pelo Regulamento (CE) nº 561/2006 nem pelo Acordo Europeu Relativo ao Trabalho das Tripulações dos Veículos que Efectuam Transportes Internacionais Rodoviários (AETR);

Ora no caso dos táxis não se lhes aplica o AETR, por definição, sendo certo que também não se lhe aplica o Regulamento CE nº 561/2006, por quanto nos termos do artigo 6º de tal Regulamento este só se aplica, entre outros, ao transporte rodoviário de passageiros em veículos para transporte de mais de nove pessoas, incluindo o condutor, o que manifestamente, e por imposição legal, não é o caso dos táxis; Assim quer o regime quer os conceitos definidos pelo citado DL 117/2012 não têm aplicação ao sector do táxi porque no artigo 2º de tal diploma legal expressamente se afirma que o regime definido pelo mesmo apenas se aplica " ...a condutores independentes em actividades de transporte rodoviário abrangidas pelo Regulamento (CE) nº 561/2006... , ou pelo Acordo Europeu Relativo ao Trabalho das Tripulações dos Veículos que Efectuam Transportes Internacionais Rodoviários...".

Nesse contexto os termos e condições para o exercício da condução em viaturas táxi pela categoria dos Trabalhador por conta própria/Condutores Independentes/cooperadores/gerentes/sócio gerente serão (ainda) as que resultam do DL 44 422 de 27/06/1962 e da Portaria nº 19 462 de 27/10/1962.

Convém também esclarecer que a qualidade de gerente é legalmente incompatível com a qualidade de trabalhador por conta de outrem, situação que a Lei expressamente regula, afirmando, de forma imperativa, que caso o gerente antes da nomeação como gerente fosse trabalhador por conta de outrem o contrato de trabalho ou se suspende ou caduca, conforme o número de anos.

Considerando as divergências expostas foi solicitado uma reunião urgente ao ACT para esclarecimento. ●

ACORDO DE PARALISAÇÃO

A Federação Portuguesa do Táxi, na qualidade de representante nacional dos industriais do Sector do Táxi, alertou a APS que tem vindo a ser questionado por algumas associadas da APS a aplicação do artigo 3º do acordo, designadamente quanto à paralisação das viaturas abrangidas pelo acordo, “pretendendo aquelas associadas da APS que quando a viatura em causa possa circular não está abrangida pelo período de paralisação a que se reporta o referido numero”.

No alerta e na exposição feita, a FPT referiu que as viaturas abrangidas pelo acordo são todas táxis, letras A ou letras T, destinadas ao transporte de passageiros, e como tal sujeitos e submetidos às regras e imposições da legislação aplicável quer ao sector quer em particular às viaturas licenciadas para o efeito.

Entre as regras legais conta-se o Regulamento dos Transportes Automóveis que impõe, sob pena de aplicação de coima, que a utilização das viaturas ao serviço de táxi estejam em perfeito estado de asseio e conservação. Acresce ainda que também por imposição legal do DL 251/98, tais viaturas quando afectas ao transporte em táxi podem ser sujeitas a inspecção especial para aferir, entre outros, do seu estado de conservação exterior e interior.

O facto de uma viatura táxi ou outra das referidas poder circular não implica que as mesmas possam ser usadas no exercício da função de veículo de aluguer destinado ao transporte de passageiros, será sempre necessário aferir quais os danos e a respectiva extensão para se poder concluir se a viatura está abrangida pela paralisação ou não, devendo sempre concluir-se por tal submissão quando os danos sejam de molde a afectar o estado de conservação exterior ou interior da viatura, pois nesse caso ela está impedida de ser utilizada na actividade de transporte de passageiros.

A FPT sublinha que “o conteúdo funcional da paralisação prevista no Acordo consiste no ressarcimento ao lesado dos danos, entre outros, os decorrentes da privação da utilização do veículo sinistrado no exercício da actividade a que está afecto ou como se refere no nº 1 do artigo 3º do Acordo: ...dos danos resultantes da paralisação das suas viaturas de aluguer...”.

A Federação afirma então que “não existe qualquer dúvida que a paralisação prevista no Acordo se reporta exclusivamente à utilização da viatura enquanto viatura de aluguer e não há utilização da viatura enquanto meio normal de locomoção, sendo indiferente para a questão se a viatura circula ou não, porque o que importa aferir é se a viatura pode ser utilizada na actividade a que está afectada ou não”. Porque tem sido levantado por algumas das associadas da APS a questão enunciada “como justificativo para não cumprir obrigação que lhe está imposta”, de “...ressarcimento integral...”, excluindo parte da paralisação devida com esse pretexto, a FPT solicitou à APS que promova e veicule junto de todas as suas associadas o esclarecimento que a paralisação abrangida pelo Acordo se reporta à privação da utilização do veículo sinistrado no exercício da actividade a que está afecto e que a impossibilidade de circular a que se refere o nº 2 do artigo 3º do Acordo se deve entender como “a impossibilidade de circular enquanto viatura de aluguer, conforme naturalmente resulta da leitura conjugada do nº 1 e nº 2 do referido Artigo 3º do Acordo”. ●



● TÁXIS DA EUROPA EM PROTESTO

“ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES DE TAXISTAS DA UNIÃO EUROPEIA CONTRA AS PRÁTICAS ILEGAIS DA UBER”



© FOTOS.CTE

Motoristas e empresários do Sector do Táxi em protesto, no dia 11 de Junho, em várias cidades europeias, contra as práticas consideradas “ilegais” da empresa californiana UBER. Madrid, Paris, Lyon, Milão, Roma, Berlim, Bruxelas, Londres e Barcelona são cidades onde decorreu o protesto dos táxis.

A Uber é uma aplicação para smartphone que permite aos aderentes requisitar transporte de passageiros e pagar com o telemóvel, uma revolução tecnológica digital que as associações entendem ter-se voltado contra o Sector do Táxi.

Se não houver uma resposta “contudente para a Uber” por parte das autoridades oficiais, o Sector do Táxi promete voltar a parar vários dias, como já aconteceu, em Maio e em Junho, em toda a Europa.

A Federação Portuguesa do Táxi foi contactada pela Confederação do Táxi de Espanha, pela União Nacional de Associações Livres dos Empresários

de Táxis e pela Federação Espanhola do Táxi durante a organização da manifestação conjunta em protesto contra as práticas “ilegais” da empresa. Como fez a FPT junto dos órgãos de comunicação social, as associações espanholas denunciaram que esta empresa tem lesado o Sector do Táxi, por concorrência desleal, e avançaram com um apelo a nível europeu para a realização conjunta do “Encontro de Associações de Taxistas da União Europeia Contra as Práticas Ilegais da UBER”.

A FPT afirmou estar atenta a este tema e assegurou que está a tomar medidas de divulgação junto do Sector do Táxi e das autoridades portuguesas.

A Federação concorda que “deverão ser tomadas medidas conjuntas a nível Europeu”.

“Como o resto dos profissionais do táxi da União Europeia, temos uma profunda preocupação pela ameaça da entrada da empresa UBER nos países europeus e em especial do seu serviço UBER Pop,

que já opera em mais de 90 países de todo o mundo e que vai entrar agora na Europa”. Aquela aplicação consiste na oferta de serviços de intermediação por smartphones, envolvendo condutores particulares sem formação nem certificação (CAP) e que com os seus veículos particulares, não licenciados para a actividade, unem-se à rede para efectuar serviços iguais aos que fazemos nos táxis legalmente estabelecidos”. O apelo de que a FPT faz eco no seu Site e na Revista Táxi lembra que, “como profissionais do táxi na Europa, achamos que, com este tipo de práticas, o nosso objectivo deve ser a colaboração de todos e a solidariedade entre os taxistas em todos e cada um dos territórios da União Europeia, para conter as práticas ilegais da UBER e outras actividades parecidas de invasão, que prejudicam o nosso Sector, enviando uma clara mensagem aos nossos governantes, da nossa recusa às práticas ilegais que representam este tipo de modelo de negócio”. ●



OFERTA COMERCIAL EXCLUSIVA PARA TÁXIS A AFIRMAÇÃO DO FENÓMENO NA PRAÇA!

Oferta do Contrato
de Manutenção
24 meses/50 000Km.



Dacia Lodgy Prestige 7 Lugares 1.5 dCi 110cv FAP

Dacia Lodgy TAXI 7 Lugares 1.5 dCi 110cv FAP

Novo Dacia Logan 1.5 dCi 90cv

Dacia Sandero **Bi-Fuel** Confort 1.2 16v 75cv

Dacia Logan MVC 1.5 dCi 90cv

GAMA TÁXIS DESDE **8.875€***

3 ANOS
GARANTIA
ou 100 000km



* Valores sujeitos a IVA à tarifa em vigor. Imagens não contratuais. Ofertas limitadas ao stock existente. Valores calculados com ISV ajustado à atividade de TÁXIS. Preço venda para o Dacia Sandero Bi-Fuel 1.2 16v 75cv Consumo em ciclo misto (l/100km) de 3,8 a 7,5 Emissões CO2 (g/km) de 99 a 136

OFERTA COMERCIAL EXCLUSIVA PARA TÁXIS

RENAULT Fluence

1.5 dCi 110cv

12.000€*

**ESPAÇO, CONFORTO,
DESIGN, SEGURANÇA...**



Oferta de 500 litros de combustível através do Cartão Galp Frota.

* Valor sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagem não contratual. Oferta limitada ao stock existente.

Valor calculado com ISV ajustado à atividade de TÁXIS.

Consumo ciclo misto (L/100Km): 4,6

Emissões CO2 (g/Km): 120



DRIVE THE CHANGE



FPT CONTRA O LICENCIAMENTO DOS RIQUEXÓS EM LISBOA

O director municipal de Mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Lisboa, engenheiro Tiago Farias, solicitou às associações do Sector do Táxi um parecer sobre a realização de serviço de transporte ocasional em riquexós.

Sendo já muito conhecidas as condições de dificuldade de ajustamento entre oferta e procura com que se debatem os empresários e profissionais do táxi na Capital, a FPT e a Antral enviaram um parecer conjunto com a sua posição sobre a matéria. O Sector está contra este tipo de licenciamento. O Parecer sobre licenciamento e condições de licenciamento e eventuais condicionamentos ao funcionamento de transporte público na cidade de Lisboa enviado ao director municipal sublinha a "importância estratégica do tema para o Sector". As associações declaram-se "unanimemente contrárias ao deferimento da pretensão colocada à Câmara Municipal de Lisboa, por falta de enquadramento legal, violação do regime de acesso e exercício da actividade de transporte de passageiros e da competência da Câmara Municipal para o licenciamento pretendido".

Sobre o acesso e exercício da actividade de transporte não regular de pessoas, a título remunerado, em automóveis ligeiros, as associações referiram, em primeiro lugar, que é sabido que a actividade em causa é regulada, no seu acesso e exercício pelo Decreto-lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2003, de 11 de Março, e a competência atribuída, para o efeito de licenciamento, ao IMT.

Em segundo lugar, as associações referiram que "poderá dizer-se que recaindo o parecer sobre transporte em velocípede do tipo riquexó, ou seja velocípede com motor auxiliar, sempre se estaria fora do âmbito atrás referido".

Para a FPT e a Antral, "três ordens de razões relacionam a questão, de forma directa, com o Sector do Táxi":

A primeira é de natureza económica e de sustentabilidade do actual transporte em táxi. O sector assistido ao "alargamento de licenciamentos a coberto de uma natureza turística que introduz uma sobre capacida-



de instalada no mercado e incita ao transporte ilegal".

A segunda prende-se com as regras definidas, aquando do seu licenciamento, a determinados transportes de passageiros, a circuitos de natureza turística, em que "são deixados em aberto percursos o que é um claro incentivo à prática de transporte ilegal".

A terceira razão, muito em consequência da existência das duas anteriores, prende-se com a concorrência que os referidos novos modos de transporte fazem ao transporte em táxi e à redução da sua rentabilidade e maior dificuldade de rejuvenescimento das frotas e qualificação de pessoal, com custos evidentes para o ambiente, para a eficiência e para a segurança.

"Na situação colocada para parecer, pretende-se, mais do que uma licença para transporte de passageiros em circuitos turísticos regulares, o sancionamento de um transporte com características similares ao serviço de táxi em regime livre", referiram as associações, que alertaram que o transporte turístico efectuado por automóveis ligeiros está já regulado pelo regime legal e que, "embora não estejamos perante transporte a efectuar em automóvel, a verdade é que o regime pretendido iria desencadear mais uma entrada no mercado de transporte ocasional de passageiros".

Sendo o modo de transporte em veículo não automóvel, "a verdade é que o regime de operação seria manifestamente concorrente com o transporte de táxi", sublinharam as associações, acrescentando que "a lei não consente que se faça, fora do enquadramento referido".

Por outro lado, a FPT e a Antral referiram que para este segmento turístico alterna-

tivo ao veículo automóvel ligeiro e pesado "existem já várias alternativas, umas regulares, outras semi-ocasionais e outras clandestinas".

"Estamos a falar dos "tuk-tuk", de uma múltipla variedade de carrinhas até nove lugares, provenientes dos mais variados operadores, como agências de viagens que operam como se de táxis se tratasse e veículos motorizados agregados a hotéis, entre outros", explicaram.

PROJECTO RIQUEXÓS CML

A autarquia lisboeta enviou à FPT o projecto que está a desenvolver sobre a actividade turística dos riquexós, em serviço ocasional dirigido à população residente e visitante de Lisboa, cujo lançamento está previsto para o "segundo trimestre de 2014".

Para a CM Lisboa, este serviço é uma "nova proposta de mobilidade urbana, sustentável e promotora de valores ecológicos", visto que a autarquia considera que a capital é uma cidade "ciclável" e com boas condições meteorológicas durante a maior parte do ano.

O conceito dos riquexós prende-se com um serviço de transporte de passageiros em velocípedes (tríciclos) com motor eléctrico auxiliar, "serviço que tem muita tradição em países asiáticos" e nas "principais cidades europeias e norte-americanas".

A autarquia suporta esta medida com a última revisão do Código da Estrada que trouxe maior abertura e protecção à circulação de velocípedes em transporte de passageiros (Art.º 91º, 2.b) e 3).

Para a CML este será um "serviço inovador e ecológico que preenche um nicho de mercado e enriquece a oferta de transportes da cidade", promovendo "valores de comportamento urbano".

Aquele serviço estará em actividade em quatro zonas principais de Lisboa.

No documento enviado às associações, a CML sublinha que "é factor crítico para o lançamento do serviço a clarificação por parte da CML do regime aplicável ao licenciamento", tendo assim solicitado o parecer do Sector do Táxi sobre esta matéria. ●

FORMAÇÃO MOTORISTA DE TÁXI

PROGRAMA “SEGURANÇA E SAÚDE”

A Federação Portuguesa do Táxi (FPT) em parceria com a CONPLAN – Consultores de Planeamento, Lda vai realizar um conjunto de ações de formação ligadas à **Segurança e Saúde do Motorista de Táxi**.

Esta formação é obrigatória nos termos do artigo 20º da Lei nº 102/2009 e enquadra-se no número mínimo das 35 horas anuais de formação do trabalhador, fixadas no Código do Trabalho.

Quanto valem a nossa vida e a nossa saúde? A qualificação proposta é um investimento do Motorista de Táxi em si próprio. Os ganhos serão reconhecidos por si, pela sua família e pela comunidade em que se insere.

O Programa inclui 3 cursos, com a seguinte ordem de realização:

1. O Motorista de Táxi: riscos de trab. e prev.* 4 H
2. Educação para a Saúde do MT. 16 H
3. 1.ºs Socorros e Suporte básico de vida. 16 H

* Os motoristas de táxi que já tenham frequentado o curso 1, passam diretamente para o número 2.

O CURSO

- Esta formação é destinada a todos os Motoristas de Táxi.
- Este programa de formação visa **capacitar o Motorista de Táxi** com competências que lhe permitam **prevenir acidentes e doenças** ligadas à sua actividade profissional, bem como **ser um agente de intervenção em situações de emergência** relacionadas com clientes e outras pessoas com que interage no dia a dia.
- A sua realização está prevista em regime misto com **formação presencial e formação a distância** através da **Plataforma de formação STUDIU**, cuja utilização é muito fácil e amigável.
- No total são **36 horas**, das quais **16** poderão ser a distância.
- Os cursos terão início em **Setembro**.

Para mais informações e Inscrições consultar o site da Federação ou contactar a Federação.

Estrada Paço do Lumiar, Lote R-2 Loja A
1600-543 LISBOA

Tel.: 21 711 28 70 Fax: 21 711 28 79
www.fptaxi.pt sede@fptaxi.pt



FEDERAÇÃO QUESTIONA IMT SOBRE TEMAS PREOCUPANTES



Depois da reunião com o IMT, a Federação Portuguesa do Táxi enviou àquele Instituto um documento que resume as principais preocupações do Sector.

Os profissionais e industriais do táxi estão muito preocupados com a concorrência a que o Sector está sujeito, tendo em atenção que aos outros operadores não são exigidos os requisitos a que os táxis são obrigados.

A FPT pretende também conhecer o teor do parecer que o IMT enviou à CML sobre

a circulação dos Riquexós e Tuc Tuc.

A FPT solicitou “especial atenção e urgência na apreciação da situação relativa ao denominado transporte UBER”, uma aplicação para smartphones que coloca em contacto pessoas que precisam de se deslocar dentro das cidades e condutores particulares que querem fazer algum dinheiro com o transporte.

A Federação sublinhou que a situação já motivou reacções de alguns governos europeus, como o da Bélgica e do Reino Unido. Na Catalunha, aquele serviço foi

proibido expressamente. A reacção de paragem geral dos taxistas em Londres, Paris e Madrid, conforme foi noticiado pela comunicação social, levou, por exemplo o governo espanhol a tomar posição, anunciando penalizações para os infractores.

No site da Uber é referido que está a iniciar procedimentos de contratação para instalar-se em Portugal, informação que a FPT também disponibilizou no seu site www.fptaxi.pt, salientando que “é urgente a tomada de posição sobre tal iniciativa, vedando-a no seu início”.

Para a FPT, a rentabilização do Sector do Táxi é uma das principais preocupações, defendendo a Federação “medidas para o efeito, entre as quais a paragem dos taxis um dia por semana, a possibilidade legal de suspensão temporária da actividade”. A FPT solicitou ao IMT informação sobre o desenvolvimento ou conclusão do procedimento iniciado em 2008 para alteração da legislação sobre o transporte de crianças em táxi, “considerando o tempo decorrido e a manutenção e agravamento dos prejuízos para o sector do táxi, dado que estes se mantêm afastados da contratação pelas Câmaras Municipais para o transporte escolar, em razão da falta das alterações à legislação já aprovadas mas ainda não publicadas, por razões que se desconhecem”.

O projecto para regulamentação das praças de táxis do Aeroporto e do Porto de Lisboa também foi realçado pela FPT no documento enviado ao IMT, uma vez que a Federação considera a regulamentação “necessária, por serem praças de táxi que representam a entrada no nosso País e em particular na cidade de Lisboa”.

A FPT acrescentou que “a urgência motivada pela privatização da ANA, que acarretou a alteração da titularidade e responsabilidade sobre as praças de táxi estabelecidas no Aeroporto”, tendo a FPT sido informada pela CML que “actualmente carece de legitimidade para ali aplicar o Regulamento Municipal de Transporte em táxis”. A FPT solicitou ao IMT informação sobre a apreciação que mereceu o projecto de regulamentação. ●



CPPME APRESENTA CRÍTICAS E PROPOSTAS AO GOVERNO



A Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME), de que a FPT é membro, apresentou um documento em que reclama e protesta “perante mais este esbulho às micro e pequenas empresas e que consta dos agravamentos dos emolumentos de registos e notariado”, num documento relativo à IES – Informação Empresarial Simplificada intitulado “Pela “sorrelfa” mais um saque fiscal!”.

A CPPME exige a reposição urgente da anterior situação e acrescenta que “não faz qualquer sentido pagar pela entrega do IES, quando esta é uma base de apoio para o fisco analisar a situação real das empresas”. A CPPME explica que, aquando da entrega anual da IES - Informação Empresarial Simplificada, após o pagamento deste, era emitida certidão válida por um ano até à entrega seguinte.

Para 2013, “em surdina”, foi alterada a validade para três meses, o que só é constatado quando as MPE – Micro e Pequenas Empresas necessitam, via internet, de obter a Certidão Permanente e se deparam com a informação de inexistência de certidão activa, logo, sem se saber porquê passa a ser obrigatória a activação de novo código de certidão, porque, ao que se constata, o mecanismo foi modificado através de alteração ao Decreto-lei 8/2007, passando a haver um custo de 25 euros, isto para além do pagamento da entrega do IES que continua igual.

“Assim, o universo das Micro e Pequenas Empresas, que é de cerca de 300.000, paga mais 31,25%”, conclui a CPPME que afirma que “com esta manobra, o Governo, à custa das MPE, arrecada mais cerca de 7,5 milhões de euros”.

Entretanto e perante várias diligências feitas pela CPPME para ser esclarecida sobre a matéria - uma Conservatória do Registo Predial e Comercial informa o seguinte: “Informe que a certidão em suporte papel custa 30 euros até 10 páginas, acresce a esta importância 1 euro por cada página a mais e é válida por seis meses, conforme art.º 75, n.º 2 do Código do Registo Comercial. A assinatura da certidão permanente por um ano - 25 euros, 2 anos - 40 euros, 3 anos - 60 euros e 4 anos -70 euros. Os valores mencionados fazem parte do Regulamento dos Registos e Notariado artigo 22 n.ºs 13.4 e 13.5”.

A CPPME, perplexa com esta informação, pergunta: “Como pode ser

passada uma certidão por 2, 3, 4 anos se o IES que demonstra não serem ou serem os capitais positivos ou negativos é entregue anualmente, bem como o comprovativo das contas?”

“Perante mais este esbulho às MPE, a CPPME denuncia e protesta contra esta nova taxa e exige a reposição urgente da anterior situação e acrescenta que não faz qualquer sentido pagar pela entrega do IES, quando esta é uma base de apoio para o fisco analisar a situação real das empresas”, sublinha a organização.

A CPPME, muito recentemente, apresentou propostas “consistentes e alternativas”, quer ao ministro-adjunto e do Desenvolvimento Nacional, quer ao ministro da Economia, no sentido de alterar o que ficou definido com o Orçamento de Estado para 2014, propostas que até agora, “infelizmente parecem ter caído em saco roto”.

A CPPME considera que a alternativa a esta política “de desastre nacional” passará pelo aproveitamento dos recursos nacionais, pela criação de empresas sustentáveis e de postos de trabalho, onde devem estar garantidas medidas como: “1. A afectação de pelo menos 50% dos Fundos Comunitários do próximo Quadro Comunitário 2014-2020, que sejam destinadas ao tecido empresarial, para as Micro e Pequenas Empresas; 2. Que seja criada um Secretaria de Estado ou outra estrutura Institucional expressamente vocacionada para trabalhar com as Micro e Pequenas Empresas, já que o IAPMEI não tem conseguido desempenhar essa função; 3. Uma Reforma Fiscal profunda, designadamente do IVA, IRC, IRC/RS, IRC/PEC, PC, IRS, Tributação Autónomas, IMT, IMI, etc., bem como incentivos fiscais às MPME, que anulem a discriminação negativa face às grandes empresas nacionais e transaccionais. A Fiscalidade deve respeitar o princípio Constitucional de tributar as empresas em função dos lucros obtidos; 4. Uma baixa dos custos fixos das empresas: electricidade, combustíveis, gás, água, transporte, portagens, taxas de resíduos urbanos e todo o tipo de licenças obrigatórias; 5. A criação de linhas de crédito, a juros e condições adequadas à situação da MPME, onde a Caixa Geral de Depósitos tenha um papel de referência e diferenciador face à Banca Privada, e o Banco de Portugal e a Autoridade da Concorrência uma intervenção reguladora, supervisionando e fiscalizando as condições de crédito concedidas”. ●

SECTOR EM CONVÍVIO “FPT ALGARVE COOLTÁXI”



NÚCLEO DE PORTIMÃO ACTIVO TAMBÉM EM FESTA

José Romão, responsável pela Delegação Sul e pelo Núcleo de Portimão da FPT, congratula-se com a participação no “FPT Algarve CoolTáxi”, avançando que “cada vez é mais importante que nos encontremos também fora do nosso circuito profissional diário, uma vez que em convívio é mais fácil detectar novas situações de possível intervenção”. Realçou a qualidade do evento e do almoço servido pelo restaurante “Américo - O Rei do Peixe Assado” nas instalações do concessionário.

A festa foi animada no dia 12 de Abril, em Faro, no “FPT Algarve CoolTáxi”, iniciativa organizada pela Federação Portuguesa do Táxi, em parceria com a Renault Portugal – através do seu concessionário em Faro - Almotor, SA/Entrepósito Santagri, SA. Logo pela manhã, a chegada dos dirigentes da FPT e dos representantes da marca e do seu concessionário anunciava um convívio participado em torno das viaturas expostas e dos assuntos que dominam a actualidade do Sector do Táxi.

A FPT promoveu este encontro-convívio no sentido de potenciar a troca de experiências entre profissionais e empresários e entre a Federação e as marcas Renault e Dacia. Entre muita animação, houve música e várias acções promocionais dos parceiros desta festa, com sorteios e jogos. Durante o evento a marca apresentou a oferta da Extensão do Contrato de Manutenção até 36M/70.000KM para os cinco primeiros negócios concretizados neste dia.

A festa foi crescendo e os associados presentes puderam conhecer as viaturas que as marcas podem adaptar ao serviço de táxi.

Poder entrar nos carros e sentir o seu desempenho em test drive é muito importante, consideraram os convidados, que colocaram perguntas e pediram informações sobre as especificações técnicas das viaturas eléctricas que também estavam expostas e que reuniram muita da curiosidade dos presentes. Houve questões sobre os consumos, sobre a autonomia, os espaços para bagagem, sobre o conforto e segurança que estão sempre na ordem do dia.

Estiveram presentes os responsáveis das várias cooperativas e empresas de táxis algarvias, das zonas de Tavira, Faro, Olhão, Vilamoura, Vila Real de Santo António, entre muitos outros convidados. Aqueles dirigentes já falaram anteriormente com a Revista Táxi e puderam conversar também com os profissionais durante este evento.

FEDERAÇÃO MAIS FORTE JUNTO DOS ASSOCIADOS

Carlos Ramos, presidente da Direcção da Federação, referiu durante o evento que “a FPT pretende estar cada vez mais próxima dos seus associados e dos profissionais e empresários do Sector”.

“Estar em associação”, disse o dirigente, “não é só avaliar os problemas ou equacionar tomadas de posição perante as entidades envolvidas: é também estar em festa, para que nos conheçamos cada vez melhor”. Para Carlos Ramos “este encontro é por si só uma tomada de posição pública – local e regional – no que à nossa coesão e união diz respeito”.

O presidente da FPT afirma que “apontamos para o futuro com a esperança do diálogo e com a exigência que o nosso trabalho vai impondo, tanto no seio do Sector, como junto das autoridades que o regem”.

A FPT considera importante envolver as entidades parceiras nestas actividades, como as marcas que participaram neste evento, pois assim os associados ficam a conhecer melhor os benefícios que os protocolos que a Federação vai celebrando lhes proporcionam.

A intenção da Federação é repetir o evento no futuro, noutras locais. Em Lisboa, na altura do fecho desta edição, está prevista a realização de um outro convívio na Ericeira, pinhal dos Frades, que segue o bom exemplo da iniciativa realizada em terras algarvias.

“O Sul dá o exemplo de que é em parceria que o futuro se constrói, tanto no seio do Sector, como na relação com as entidades e marcas parceiras”, conclui Carlos Ramos.



NOVIDADES A SUL

TERMINAL DE CRUZEIROS DO PORTO DE PORTIMÃO ESPERA POR OBRAS DE EXPANSÃO

As reduzidas dimensões do cais do Porto de Portimão apenas permite atracar navios de cruzeiro de pequena dimensão. Está previsto um investimento de 10 milhões de euros para obras de expansão do porto.

Os trabalhos a realizar incluem dragagens no canal de navegação, alargamento do canal e da bacia de rotação e o prolongamento do cais, obras que vão possibilitar o acesso de navios de maior porte

O Governo já assumiu este investimento como prioritário, de acordo com o Plano Estratégico de Transportes e Infra-estruturas, considerando a autarquia portimonense estas obras como “fundamentais”.

A CM Portimão estima que as novas condições portuárias permitam decuplicar a afluência de passageiros a Portimão (dos atuais 20 mil para 200 mil passageiros por ano).

Ainda decorre o processo de Avaliação do Impacte Ambiental da expansão do Porto de Portimão, pelo que o começo das obras vai aguardar talvez “ainda um ano”. A Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS) já avançou que vai promover melhoramentos naquela estrutura de acolhimento de navios de cruzeiro de Portimão, enquanto as obras não se iniciam.



O Núcleo de Portimão da FPT merece a republicação da fotografia das suas instalações, que na última edição ficaram pouco visíveis na imagem publicada. O Algarve está mais rico, no que ao Sector do Táxi diz respeito, pois a FPT e os seus dirigentes apostam na intervenção junto dos municípios algarvios e congregam, com cada vez maior força e união, as empresas e cooperativas de táxis.

ANIVERSÁRIOS EM FESTA

ANIVERSÁRIOS EM FESTA

A **Transconor** e a **Táxis Invicta** celebraram os seus aniversários e convidaram a FPT para os convívios que realizaram.

A **Táxis Invicta** comemorou o seu 27º aniversário em 26 de Janeiro, na Quinta do Geraldino, na Maia, na presença de associados, familiares e amigos e de vários patrocinadores e associações ligados ao Sector. O *presidente da Táxis Invicta Manuel Almeida* agradeceu o destaque que a central tem mantido na sociedade local, devido ao profissionalismo de motoristas e funcionários, que com a sua elevada qualidade continuam a prestar um serviço de excelência.

A **Transconor** também festejou o seu aniversário e os seus dirigentes realçaram o serviço de transporte de passageiros em táxi em Moreira-Maia e junto ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, localizado naquele concelho.

“Temos como missão proporcionar aos nossos clientes um serviço responsável e eficiente”, garantiu a *D. Sabina, presidente da Transconor*, que “ao reservar com a nossa empresa o passageiro tem a garantia que os nossos motoristas lhe prestarão uma assistência e viagem agradável até ao seu destino”.

A **Transconor** apresenta aos passageiros, no seu site, uma tabela de



Aniversário Transconor



Aniversário Táxis Invicta

preços indicativos fixados para diversas zonas, uma vantagem para quem pretender fazer uma deslocação e necessita de saber a quantia envolvida. A transparência e a clareza são vantagens que a **Transconor** coloca ao serviço dos seus clientes, num esforço que, em cada aniversário, é celebrado entre amigos, familiares e funcionários. A FPT esteve presente e saúda a empresa por mais um ano de sucesso.

REUNIÕES COM MUNICÍPIOS A NORTE

FPT EM ARCOS DE VALDEVEZ...

As Câmaras Municipais de Arcos de Valdevez e de Vila Nova de Gaia receberam a Federação Portuguesa do Táxi em reuniões para avaliação do Sector do Táxi naquelas áreas.

Carlos Lima, vice-presidente da FPT e responsável pela Delegação Norte participou na reunião com o vereador Hélder Barros, na CM Arcos de Valdevez, no dia 2 de Abril.

No encontro esteve também presente Márcio Sousa, delegado da FPT naquele concelho.

Na reunião foram apresentadas as propostas da Federação para resolução dos problemas que estão a surgir em Arcos de Valdevez com os motoristas de táxi das zonas periféricas, “onde não há trabalho, a não ser nos dias de feira em que todos podem trabalhar no regime livre”.

Foi apresentada ao vereador a realidade e as dificuldades por que estão a passar os profissionais de táxi para se manterem em actividade. A Federação comprometeu-se a enviar à Câmara uma ou mais propostas para resolver esta situação precária.

Realizou-se no dia 31 de Maio outra reunião na Delegação Norte da FPT, com o delegado de Arcos de Valdevez, o assessor Fernando Carneiro e com o vice-presidente Carlos Lima para completar o trabalho sobre aqueles assuntos.

...E EM VILA NOVA DE GAIA

No dia 17 de Abril, o vereador Patrocínio Azevedo, da CM de Vila Nova de Gaia, recebeu os representantes da FPT.

Estiveram presentes, pela FPT, o presidente Carlos Ramos e o vice-presidente Carlos Lima e também os delegados da FPT senhores Peixoto e Pedro que acompanharam os trabalhos, comprometendo-se a Federação a fazer um circuito na cidade de Vila Nova de Gaia a fim de escolher mais praças de táxi para assim se fazer um alargamento no contingente urbano por escala, para que além dos 78 carros em circulação no centro, passarem a existir mais 39 carros escalados.

Em cima da mesa estiveram também a alteração do regime de estacionamento no concelho e a criação de um grupo de trabalho permanente sobre a mobilidade e transportes no concelho.

Falou-se ainda do apoio financeiro necessário para a reconversão das frotas de táxi para veículos mais amigos do ambiente, em protocolos a firmar futuramente.

Foram por último focados aspectos ligados à formação específica muito focada no concelho.

Realizou-se outra reunião para dia 2 de Maio, sendo apresentados os trabalhos efectuados realizados no levantamento do circuito.

O vereador garantiu apresentar em Assembleia Municipal as propostas da FPT e prometeu oportunamente fazer chegar até à Federação o resultado dos estudos da autarquia.

CERTIFICAÇÃO DE MOTORISTA DE TÁXI



Patrícia Jacobetty,
Jurista da Delegação Sul

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, consignou-se a exigibilidade do Certificado de Aptidão Profissional, doravante designado por CAP, para o exercício da profissão de Motorista de Táxi, com o intuito de ser possível aferir as competências do indivíduo adequadas ao exercício da profissão em causa, sendo certo que simultaneamente se pretendeu garantir um aumento da qualidade na prestação do serviço de transporte de passageiros, tanto do ponto de vista da relação entre o motorista e o cliente/passageiro, como na perspectiva da segurança na circulação rodoviária dos Táxis.

Verifica-se efectivamente a existência de benefícios ao nível do mercado de emprego, uma vez que se permite às entidades contratantes uma maior segurança/confiança na admissão de novos motoristas de Táxi. Em Portugal, o IMT é a entidade com-

petente para a emissão do CAP, assim como para a homologação dos correspondentes cursos de formação profissional. O CAP de Motorista de Táxi possui uma validade de 5 anos, contados a partir da data da respectiva emissão.

Refira-se que existem três formas legalmente admissíveis para a obtenção do CAP de Motorista de Táxi, dependendo da situação concreta do candidato em causa, a saber: 1) Através da formação profissional-quando o candidato adquire as competências necessárias ao exercício da profissão, em virtude de possuir formação profissional adequada (Tipo I); 2) Através da experiência profissional complementada por formação – sucede na situação em que o candidato possui algumas competências necessárias ao exercício da profissão de Motorista de Táxi, através de uma experiência profissional que implique habitualmente a condução de veículos automóveis, sendo certo que as mesmas deverão ser complementadas com formação profissional adequada (Tipo II); 3) Pela via da equivalência de título profissional emitido por país estrangeiro – nas situações em que o candidato possua um título profissional emitido em país estrangeiro, desde que preencha as qualificações legalmente exigidas em Portugal e corresponda ao perfil profissional. ●

MERCLASSE
Peças p/ Mercedes

**MERCEDES 220 CDI
2010/2011**

**PREÇO
ESPECIAL TÁXI
19.000€**



Venda de peças para Mercedes

Rua Joly Braga Santos, lote H, 1600-123 Lisboa

Tel.: 217 220 150 – 217 268 879

E-mail: merclasse.geral@gmail.com



ESTAMOS INDIGNADOS! BASTA!



António Pedro,
jurista da Delegação Norte

Sobre o Despacho n.º 6855-A/2014:

Com a publicação deste despacho cada vez mais o sector táxi vê perder mercado e oportunidades de mercado. Já não bastava a concorrência desleal de ambulâncias de bombeiros, de agências de viagens, de carros particulares, de táxis em localidades para as quais não estão legalmente licenciados e surge este Despacho...

Certamente que as populações mais carenciadas necessitam de um transporte dito "social", mas será que para transportar duas ou três pessoas é necessário pagar uma camioneta de 50 lugares?

Nota-se e denota-se que é necessário, sim, prover à satisfação de uma clientela política de "lobbies" sejam eles de bombeiros ou de empresas de transportes, ou de outros interesses, não interessando que tais interesses estejam cobertos pelos fins ditos não lucrativos...

Essas entidades com fins lucrativos que pagam impostos, que licenciam os táxis, que têm alvarás, que exercem a sua profissão dignamente no seu local, mas que vêm perder as suas receitas? A essas que não dão votos, mas que pagam impostos, cada vez mais são privadas dos seus clientes, do seu ganha-pão, dos impostos que pagam ao Estado.

Que fazer? Indignação? Criticar? Ou lutar por aquilo a que têm direito? Compete à Federação Portuguesa do Táxi mas e também aos seus associados, cada vez mais, defenderem os seus interesses e lutarem contra outros "interesses" instalados.

Não é só a Federação que deverá lutar, mas todos os seus associados a uma voz dizer: BASTA! ●

COIMBRA - ESTAÇÃO VELHA - UMA NOVA PRAÇA DE TÁXIS!?



João Cordeiro,
Jurista da Delegação Centro

Já não é novidade para a cidade de Coimbra. A zona envolvente da estação velha vai sofrer obras de remodelação nomeadamente no parque de estacionamento de veículos ligeiros existente a poente da Rua do Padrão (junto à rotunda da estação velha do lado direito no sentido em direcção ao centro da cidade).

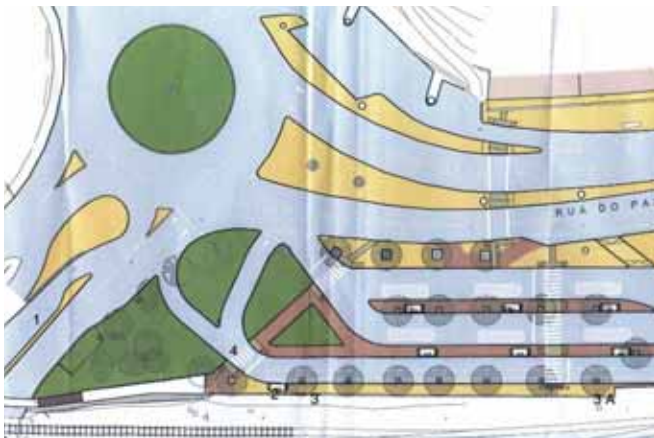
Na verdade, a actual praça de táxis vai desaparecer e a nova praça de táxis vai situar-se nesse mesmo estacionamento, que assim deixa de existir, sendo o espaço convertido em duas zonas distintas, uma de parque de estacionamento de autocarros, funcionando aí como que um interface com as carreiras dos SMTUC, e outra zona destinada exclusivamente a táxis.

Toda a alteração, que já se encontra em fase avançada de concurso público, foi dada a conhecer à Federação Portuguesa do Táxi - Delegação Centro, pela Divisão de Mobilidade e Gestão do Espaço Público da Câmara Municipal de Coimbra, em reunião realizada naqueles serviços e onde foi explicada a firme vontade da Câmara de Coimbra em requalificar toda a zona incluindo o estacionamento junto à estação situado já na estrada para a Figueira da Foz.

Na planta que se apresenta, elemento integrante do processo camarário de remodelação, é visível a localização da nova praça de táxis e que se indica como toda a zona longitudinal do ponto 3 a 3A, estando então previstas duas faixas para táxis, uma de circulação e outra de paragem das viaturas de táxi com vista à tomada de passageiros. O preciso local de tomada de passageiros (a zona de espera por excelência) encontra-se assinalado com o número 2 e esse local será contemplado com uma paragem/abrigo de táxis semelhante às já existentes na cidade. O acesso dos passageiros/clientes vindos da estação será efectuado pela passagem superior hoje existente (por cima do túnel) que sofrerá uma remodelação/reformulação, nomeadamente no que respeita à construção de acessos em rampa, facilitando o trânsito de peões/passageiros e a ligação da praça ao terminal ferroviário.

Por último, resta a informação que a saída das viaturas de táxi será efectuada pela zona assinalada como ponto 4 permitindo assim a entrada directa na rua do padrão (para acesso ao centro) ou o acesso à rotunda para tomada de direcção de todos os outros locais da cidade. Segundo a informação obtida, para a actual praça de táxis, com o acesso pelo ponto indicado como nº 1, ainda não existirá qualquer projecto em concreto.

Neste contexto, a FPT - Delegação Centro solicita, e agradece, a todos os associados, e a todos os taxistas, os seus contributos e as suas opiniões sobre esta matéria e que merecerão a devida atenção e tratamento. ●



FPT E EXPRESSGLASS COM MAIS BENEFÍCIOS PARA OS ASSOCIADOS

A FPT FIRMOU UMA NOVA PARCERIA QUE TRAZ NOVOS BENEFÍCIOS AOS SEUS ASSOCIADOS. A EXPRESSGLASS, ATRAVÉS DO SEU DIRECTOR COMERCIAL, JOSÉ CARLOS CUNHA, FALOU COM A REVISTA TÁXI E EXPLICOU OS CONTORNOS DESTA PARCERIA QUE AS INSTITUIÇÕES VÃO DESENVOLVER PARA BENEFÍCIO MÚTUO.

Revista Táxi - A FPT tem trabalhado em parceria com várias marcas e entidades em prol dos interesses dos seus associados. Quando foi firmada a parceria com a vossa marca?

Expressglass - A parceria foi firmada em Janeiro, no momento em que, por intermédio e promoção da Luso Atlântica, nos reunimos com o presidente da Federação Portuguesa de Táxis e verificámos que havia interesse para ambas as entidades, EXPRESSGLASS e FPT em estabelecer esta parceria. Nesse momento, pudémos verificar a forma como a Federação está organizada, o seu interesse em estabelecer parcerias capazes de gerar valor e bons níveis de serviço aos seus associados.

Ficaram aí definidos os princípios desta parceria, com que temos trabalhado desde então, tendo os associados desde logo beneficiado de condições particulares na EXPRESSGLASS, e tido acesso a uma campanha promovida pela EXPRESSGLASS, LUSOATLANTICA e FPT.

Revista Táxi - Que benefícios estarão disponíveis para os associados e para a marca?

Expressglass - Para a EXPRESSGLASS, foi a forma de se aproximar de um sector do mercado altamente especializado, que valoriza acima de tudo um bom nível de serviço, com que já trabalhávamos, mas de forma esporádica.

Para a FPT, o de poder proporcionar e garantir a todos os seus associados, que têm um fornecedor especializado na substituição e reparação de vidros para automóveis, capaz de os assistir em qualquer parte do país, com um nível de serviço elevado e capaz de lhes gerar valor.

Para além de 90 lojas EXPRESSGLASS distribuídas por todo o território nacional, disponibilizamos, sem custos acrescidos, a possibilidade dos associados serem assistidos através do Serviço Móvel EX-



PRESSGLASS no local que lhes for mais conveniente, sempre que necessitarem de reparar ou substituir um vidro.

Para além disso, sempre que se verificar que o sinistro do vidro não esteja coberto pelo seguro de QIV, ao fazer prova que é associado da FPT, terá acesso a um desconto de 20% sobre o preço que normalmente lhe seria apresentado.

O associado terá ainda acesso às campanhas que iremos ter permanentemente a decorrer, como foi exemplo a Campanha que recentemente desenvolvemos com a Luso Atlântica, em que na execução do serviço aplicamos um produto repelente de água.

Revista Táxi - Como classifica a actuação da FPT no sector?

Expressglass - A FPT é uma associação muitíssimo bem liderada e organizada. Tenho podido verificar que tem sempre presente os seus associados e o objectivo de os servir bem e melhor.

Tem tido a capacidade de agregar um sector, capaz de defender os interesses de uma categoria profissional, aos mais diferentes níveis, desde lutar por legislação para o sector, a negociar a uma só voz

com fornecedores e parceiros, de forma a garantir a sustentabilidade do negócio aos seus associados.

Revista Táxi - Como pode a vossa marca intervir junto do sector do táxi?

Expressglass - A EXPRESSGLASS vai acompanhar de perto o sector. Vamos estar atentos às suas necessidades e dar prioridade no serviço aos seus associados.

Compreendemos que o tempo de imobilização de uma viatura é um factor crítico neste sector, pelo que a EXPRESSGLASS tudo fará para intervir nas alturas em que as viaturas estejam imobilizadas para outro tipo de assistência e disponibilizará soluções para que as viaturas possam circular até esse momento.

Também, de uma forma preventiva, iremos sensibilizar o sector para a possibilidade de reparar o vidro através do Serviço de Reparação Expressglass.

Para além de uma redução do tempo de imobilização da viatura, o associado irá desta forma verificar que a sua taxa e custo de sinistralidade irá ser reduzida sempre que optar pela reparação do vidro, evitando a substituição. ●



TÁXI GPL

REVISTA TÁXI FOI SABER O RESULTADO DOS TESTES



João Martins, motorista profissional de táxi, tem 61 anos e 33 de actividade, 28 dos quais ao serviço da Autocoope. Este profissional está a realizar o teste com uma viatura GPL - um Dacia Sandero – para que a cooperativa possa aferir consumos, analisar a rentabilidade, a autonomia e as características deste automóvel no trabalho como táxi.

A experiência decorre há três meses e foi positiva. Os bons resultados estão relacionados com o facto de ser um carro bi-fuel, ou seja, que está preparado para utilizar dois combustíveis, neste caso Gasolina e GPL. As versões Bi-Fuel (GPL) da Dacia são produzidas nas mesmas fábricas das restantes versões com os procedimentos de controlo e qualidade utilizados pela marca.

João Martins elogia a autonomia de cerca de 300 km e os gastos moderados do carro.

“Não sei se é o carro do futuro mas o balanço desta experiência é, para mim, muito positivo”, afirma e acrescenta que a viatura é confortável e seguro e com espaço para bagagem.

“As diferenças não são perceptíveis à partida”, salienta. O estacionamento em garagens ou locais fechados já não é um problema.

João Martins está disponível para este tipo de iniciativas, com testes de novas viaturas que podem alterar os custos e os tempos de uma actividade em dificuldades.

O motorista profissional refere conhecer bem o Sector e sublinha que “podemos fazer melhor”, uma vez que “procuramos estar sempre actualizados em relação à evolução dos carros e da sua tecnologia”.

Nunca teve problemas de abastecimento pois o mercado está preparado para fornecer GPL nas bombas de combustível.

O motorista João Martins avalia os preços das viaturas Dacia como “muito competitivos” e, agora que pode experimentar e testar o Sandero, considera “ficar com um destes”.

Sobre a economia que o veículo promove, salienta que este carro permite que circule entre praças, evitando ficar parado à espera. Não gasta muito combustível e o consumo não é penalizador.

Numa actividade como a dos táxis, o crescente aumento do custo dos combustíveis tem-se revelado um enorme entrave à rentabilidade da actividade.

A marca fez o estudo e apresenta que “se considerarmos um táxi que percorra anualmente 60 mil km com um consumo de 5l/100km, superamos um custo anual em combustível de 3.600 euros... Fica assim claro o peso que o combustível tem na actividade. Ao fim de 5 anos supera o custo de muitas das viaturas que hoje são adquiridas”.

Perante um cenário em que os empresários e industriais do Sector procuram alternativas, o GPL apresenta-se como uma solução que faz sentido nas praças de táxi. A Dacia refere que “a maior prova de fiabilidade e confiança que temos neste sistema é a Garantia de 3 anos ou 100.000Km que é válida para estas versões como para qualquer outro veículo Dacia”.

Os Dacia Bi-Fuel dispõem de dois depósitos de combustível autónomos, um para gasolina e outro para GPL. Na ignição, a combustão inicial é sempre feita a gasolina, passando automaticamente para GPL assim que o motor atinge uma determinada temperatura. “O veículo privilegia sempre a utilização de GPL uma vez que é o combustível mais económico, no entanto, o condutor pode sempre fazer o basculamento de combustível através de um comando no painel de bordo”.

Quanto ao preço dos veículos, a marca explica que, no exemplo do Novo Sandero, para o mesmo nível de equipamento, a versão Diesel é cerca de 1.500 euros (s/IVA) mais cara que a versão Bi-fuel. Por ou-

tro lado, sabemos que o custo do Diesel é superior ao do GPL em 0,53 euros (s/ IVA). “Considerando os consumos que no caso do GPL são necessariamente mais elevados chegamos à conclusão que o Diesel só se torna mais vantajoso a partir dos 300 mil km”.

A bagageira dos Dacia Bi-Fuel é exactamente igual à dos restantes veículos Dacia (320 litros no caso do novo Sandero). O depósito GPL está no local onde habitualmente está colocado o pneu suplente, sendo este substituído por um kit de enchimento de pneus.

A Dacia refere que o GPL é benéfico para a longevidade do motor e que permite ao óleo do motor conservar durante mais tempo as suas propriedades. O seu elevado valor de octanas permite um funcionamento mais homogéneo evitando as vibrações. Os Dacia Bi-Fuel são fabricados em função de normas de segurança muito restritas, comuns a todos os estados membros da União Europeia depois de Julho 2001 (R67-01).

João Martins é peremptório ao afirmar que “o grande trufo do Sector é a qualidade, o conforto e a segurança do serviço personalizado que prestamos ao público”. Assume uma postura crítica face a determinadas práticas dentro do Sector e avança que “a exigência e a qualidade é que tornam o nosso serviço útil e uma alternativa de transporte económico”, sendo sempre necessário que o Sector contribua para a mudança de mentalidades dos passageiros, seja no recurso a viaturas amigas do ambiente, seja no que respeita à partilha dessas mesmas viaturas por diversos passageiros, o que é mais económico. “Temos uma imagem a defender, mas temos também que defender quem nos dá rendimento: os nossos passageiros e clientes”, remata. ●



FORMAÇÃO PROFISSIONAL FPT

Os Formadores da FPT estão prontos para se deslocarem à região onde reside ou trabalha para prestarem cursos e para obtenção e renovação do CAP.

LOCAIS DE FORMAÇÃO - FPT

SEDE - LISBOA

Estrada Paço do Lumiar, Lote R2, Loja A
1600-543 LISBOA
Departamento de Formação
Tânia Amado
Telef. 217 112 870
Fax: 217 112 879
Email: sede@fptaxi.pt

Santarém

Departamento de Formação
Maria João
Telef. 937416295
Email: sede@fptaxi.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - COIMBRA

Avenida Fernão Magalhães, nº
481 - 1ªA
3000 - 177 Coimbra
Departamento de Formação
Carmen Gamboa
Telef. 239 840 058
Fax: 239 840 059
Email: del.centro@fptaxi.pt

Guarda

Departamento de Formação
Carmen Gamboa
Telef. 239 840 058
Fax: 239 840 059
Email: del.centro@fptaxi.pt

Alvaiázere

Departamento de Formação
Carmen Gamboa
Telef. 239 840 058
Fax: 239 840 059
Email: del.centro@fptaxi.pt

Viseu

Departamento de Formação
Carmen Gamboa
Telef. 239 840 058
Fax: 239 840 059
Email: del.centro@fptaxi.pt

Covilhã

Departamento de Formação
Carmen Gamboa
Telef. 239 840 058
Fax: 239 840 059
Email: del.centro@fptaxi.pt

DELEGAÇÃO NORTE - PORTO

Rua Júlio Lourenço Pinto, nº 124
4150 - 004 Porto
Departamento de Formação
Elisabete Tavares/Leandro Dias
Telef. 223 722 900
Fax: 223 722 899
Email: del.norte@fptaxi.pt

Vinhais

Departamento de Formação
Elisabete Tavares/Leandro Dias/
Alexandre Martins
Telef. 223 722 900/964 065 287
Fax: 223 722 899
Email: del.norte@fptaxi.pt

DELEGAÇÃO SUL - FARO

Rua Coronel António dos Santos
Fonseca
Edifício Batalha, Lote 23 R/C Dtº
4150 - 004 Porto
Departamento de Formação
Andreia Vieira
Telef. 289 878 102
Fax: 289 878 104
Email: del.sul@fptaxi.pt

Albufeira

Departamento de Formação
Andreia Vieira
Telef. 289 878 102
Fax: 289 878 104
Email: del.sul@fptaxi.pt

Vila Real de Santo António

Departamento de Formação
Dionísio Estevão/Andreia Vieira
Telef. 289 878 102
Fax: 289 878 104
Email: del.sul@fptaxi.pt

NÚCLEO DE PORTIMÃO

Departamento de Formação
José Romão/Maria Matias
Telef. 961 939 083
Email: nuc.portimao@fptaxi.pt



FORMAÇÃO PROFISSIONAL TIPO II E CONTÍNUA

HORÁRIO LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas
- ▶ 1 dia para exame

HORÁRIO PÓS-LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 19 às 23 horas
- ▶ 1 dia para exame

FORMAÇÃO INICIAL (35h)

FORMAÇÃO DE MOTORISTA DE TRANSP. COLECTIVO DE CRIANÇAS

HORÁRIO LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 (5 dias úteis)

HORÁRIO PÓS-LABORAL:

- ▶ De 2ª a 6ª feira, das 19.00 às 23.00 horas
- ▶ Sábados: 4 sábados, das 9 às 13 e das 14 às 18 horas
- ▶ 1 sexta-feira, das 15.00 às 18.00

RENOVAÇÃO CAP!

Seis meses antes de terminar a validade do CAP, é necessário fazer a sua renovação! Não deixe caducar o CAP. Informe-se nas delegações da FPT ou junto dos delegados.



• TÁXIS DO CONCELHO DE SINTRA QUEREM VENCER A CRISE

MUDANÇA NO REGIME DE ESTACIONAMENTO RESULTA DE TRABALHO CONJUNTO ENTRE AUTARQUIA E O SECTOR

A Revista Táxi e a FPT estão atentas à evolução do Sector nos concelhos. Sintra foi o município escolhido para iniciar uma ronda da Revista pelo País, considerando as recentes alterações aprovadas em Sintra ao Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em táxi.

A Revista Táxi foi ouvir os empresários e profissionais à praça de táxis junto da estação de comboios do Cacém, concelho de Sintra, falou com o presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Federação que é também o presidente da Taxintra - Rádio Táxis de Sintra, Jorge Fernandes, e com o vereador da autarquia sintrense, Pedro Ventura, para conhecer as alterações efectuadas, seus efeitos práticos e a situação dos táxis por todo o concelho.

O QUE DIZEM OS MOTORISTAS

Junto da estação de comboios do Cacém, a fila dos táxis alonga-se por toda a praça. Os motoristas profissionais conversam. A chegada da Revista Táxi é saudada pois é preciso dar conta do que tem sido feito no concelho para combater as dificuldades e para vencer a crise. A situação difícil e Portugal é uma realidade com que os profissionais do Sector têm que debater-se também no concelho de Sintra, à semelhança do que acontece um pouco por todo o País. O motorista de táxi José Gonçalves lamenta a redução do número de



serviços em cerca de 40%, desde Janeiro deste ano e sublinha que tal não se deve a problemas de estrutura: “estamos muito bem servidos de praças e a nossa central é excelente”. É um dos motoristas de táxi mais antigos da zona, tendo iniciado a actividade em 1976. Queixa-se também da caderneta de controlo de horários de trabalho e das indefinições que a falta de clarificação desta questão tem provocado.

Quanto aos custos com a actividade, confessa que “está complicado”, os impostos agravam a situação – “podiam avançar para um imposto único, uma única colecta”, sugere.

Manuel Falcato também salienta os elevados custos com o combustível e evidencia a concorrência desleal que o desespero de alguns profissionais tem trazido à prática. “Há colegas que contornam o sistema e mesmo a própria

central, entregando o seu número de telemóvel aos clientes, simulando ser o contacto da central, e desviando serviços. Por outro lado, há carros licenciados para concelhos fora dos grandes centros urbanos que circulam em serviço “normal” no concelho de Sintra, bem como as carrinhas de serviço turístico que açambarcam tudo nos hotéis. Os profissionais dos táxis queixam-se de operadores de transportes que não têm as mesmas características e níveis de exigência ou de formação que os táxis. É o caso dos tuk-tuk, que também têm perturbado, no entendimento dos empresários e profissionais, a situação já tão difícil do Sector.

É opinião geral dos profissionais junto na praça da Estação do Cacém que “a situação está cada vez pior”. O transporte de doentes é outra das questões

preocupantes para os profissionais. A denúncia das irregularidades é importante para sensibilizar a comunidade.

Emídio Inácio da Silva acusa que é a falta de fiscalização que origina as prevaricações e os problemas inerentes. Mas as soluções podem chegar pela coesão em torno das cooperativas e da própria FPT, numa congregação de esforços para o diálogo com as autoridades e para a resolução dos problemas mais urgentes.

Ana Maria Martins é motorista de táxi há quatro anos e realça que “o verdadeiro problema de Sintra não era o desaparecimento das coroas mas sim a concorrência desleal”. Entende que a medida aprovada pela Assembleia Municipal é adequada e salvaguarda os interesses dos táxis em todo o concelho.

AUTARQUIA OUVIU OS PROFISSIONAIS

O vereador da CM Sintra, Pedro Ventura, 38 anos, responsável pelo Gabinete de Licenciamento das Actividades Económicas e Gestão de Mercados do município, falou com a Revista Táxi e salientou a auscultação feita aos profissionais e industriais do Sector aquando da preparação da medida. Foram tidos em conta vários aspectos antes de proceder à alteração do regulamento municipal.

Averiguou-se se o serviço seria suficiente, se haveria “migração” dos táxis da zona rural para a área urbana (deixando parte da população sem serviço), se haveria modificações significativas no negócio dos táxis, que consequências teria a mudança para a mobilidade no município.

Ponderados os factores que tornam sensível esta mudança de paradigma, “foi com surpresa que a Câmara verificou que nem todas as praças do concelho tinham táxis, pois também nas zonas urbanas havia praças vazias”, conta o vereador Pedro Ventura.

As praças com mais afluência de passageiros, junto de estruturas como os comboios e sítios turísticos reuniam mais táxis, em contraste com as praças menos movimentadas. “Havia um problema de procura”, explica, salientando que considerou-se que os táxis deveriam ser

redistribuídos no concelho, para servir adequadamente todas as praças.

Aumentar o número de licenças e o contingente estava fora de questão. Os problemas existentes em Lisboa, “aquí tão perto”, são já ilustrativos do que o excesso de contingente pode provocar, por isso, havia que evitar esse risco. As novas tecnologias e os sistemas de geo-referenciação e de comunicação electrónica que ajudou o Sector a evoluir são instrumentos que permitem agora deslocar rápida e facilmente táxis para onde são necessários.

O vereador refere que em Sintra não há um grupo de trabalho específico para a mobilidade e transportes, onde os táxis poderiam estar enquadrados. “Temos recolhido sempre informações junto das freguesias e ouvimos os profissionais da mesma forma”, explica, e informa que em breve será posto a circular um inquérito à população para avaliar as mudanças e seus resultados. “Os táxis não estão sozinhos no sector da mobilidade”, afirma.

A articulação entre os vários meios de transporte que servem o município está a ser trabalhada no pelouro de Mobilidade e Transportes, com o objectivo de “continuar a garantir a prestação de serviço público e contribuir para a paridade entre os taxistas, mantendo emprego e concorrência leal”.

O vereador sabe que o Sector tem insistido numa maior fiscalização e que o combate à concorrência de outros operadores é uma preocupação crescente no seio dos táxis. A resposta da CM Sintra passa por reorganizar os transportes da área turística em áreas e circuitos específicos para cada um, para que a situação se defina e clarifique.

O turismo tem aumentado muito e a situação da concorrência tem-se agravado. Quanto ao transporte de cidadãos portadores de deficiência ou de mobilidade reduzida, o vereador refere que não haverá aumento do contingente. A CM Sintra aposta na reconversão de viaturas, no entanto sem candidaturas no momento.

A concentração de operadores no centro histórico é outra das questões a resolver, que passa por evidenciar outros pólos turísticos como Colares ou São João das Lampas, com redefinição de circuitos e melhor distribuição de operadores de transportes.

Como exemplo de atracção turística descentralizada no concelho, o vereador salientou o local mais visitado – o Cabo da Roca, ponto mais ocidental da Europa Continental. “É um bom exemplo de como podemos diversificar fora do centro histórico”, considera.

“A autarquia sintrense está disponível para trabalhar a promoção da imagem do táxi e ouvimos os representantes do Sector para melhor articular”, salienta o vereador, que avança que no futuro poderá ser criado um grupo de trabalho para a mobilidade e transportes, embora haja uma “boa articulação com a autoridade”. A fiscalização ressentir-se das limitações originadas pela intervenção da troika.

Com a FPT, Pedro Ventura realça que “temos mantido uma óptima relação institucional, para estabelecimento de plataformas de entendimento clara e objectivas como, se calhar, não temos noutros sectores”. Ouvir e dialogar é a prática para gerar a confiança necessária para resolver as questões que vão sendo apresentadas.



Vereador da CM Sintra, Pedro Ventura



Para o vereador Pedro Ventura, esta é uma “relação dinâmica entre a CMS e os operadores, que tende a manter-se com as associações e com os próprios profissionais”. Foi com esta base que a maioria entendeu mudar o regime de estacionamento, de que a CM Sintra assegurará uma monitorização para adequação futura.

TRABALHO DA FPT COM A CM SINTRA

Jorge Fernandes, presidente da Taxintra - Rádio Táxis de Sintra e presidente da Assembleia-Geral da FPT, vê a segunda alteração ao Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transportes em Táxi – do concelho de Sintra como um dos aspectos positivos surgidos do diálogo com a autarquia sintrense. “A CM Sintra tem sido sensível aos problemas do Sector, criando melhores condições de estacionamento e alterando o regime de duas coroas para coroa única”, explica. A edilidade dispôs-se a consultar os profissionais e a estudar as vantagens e pontos adversos de uma matéria como a abolição das coroas que separavam a parte rural da parte urbana do concelho, questão sensível junto dos

empresários e dos profissionais que foi resolvida há pouco tempo.

Há 12 anos que havia duas coroas, mas tendo em consideração a crise, a FPT também defende esta medida de abolição daquele regime de estacionamento, permitindo uma mudança de paradigma, de mentalidades e resolvendo uma questão de regulação entre oferta e procura em que os profissionais que laboravam na coroa da zona rural estavam mais prejudicados e limitados no acesso aos serviços.

No município de Sintra houve mudanças, durante os últimos anos, que agravaram os problemas da actividade. “Houve empresas que faliram ou que saíram com concelho e os serviços de transportes de doentes não urgentes que deixaram de ser atribuídos aos táxis”, salienta o dirigente alguns dos aspectos da crise.

“A FPT tem sido um bom interlocutor com a autarquia”, considera Jorge Fernandes, que acrescenta que a CM Sintra está empenhada em procurar soluções e que a aposta na fiscalização é a chave para o combate às situações irregulares”. O dirigente Jorge Fernandes avalia a actual situação no município e afirma que “sente-se um clima de paz e de



Jorge Fernandes, presidente da Taxintra - Rádio Táxis de Sintra e presidente da Assembleia-Geral da FPT

estabilidade entre os motoristas, pelo menos no que respeita ao acesso aos serviços”.

“Nota-se que o trabalho que a FPT e a cooperativa vêm desenvolvendo trouxe mais confiança aos profissionais do táxi e que o diálogo estabelecido com a autarquia permitiu implementar o novo sistema de estacionamento com tranquilidade”, conclui. ●

ÚLTIMAS

PROGRAMA “PORTUGAL PORTA A PORTA”

Em 12 de Junho, o secretário de Estado dos Transportes apresentou o programa “Portugal Porta a Porta”, em Sardoal, concelho de Santarém, que, como Mação (experiência-piloto), já implementou esta iniciativa.

Este programa foi criado em Junho de 2012 e consta do Plano Estratégico dos Transportes, com o objectivo de aumentar a mobilidade de quem vive em zonas pouco povoadas através de um serviço de transporte público a pedido.

O Governo quer agilizar parcerias entre os transportes públicos privados existentes, as misericórdias e as Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) para cumprir aquele objectivo.

De acordo com o programa, os utentes telefonam com determinado tempo de antecedência para uma central de reservas, fazendo uma reserva para um dia e hora, sendo depois elaborada uma escala de transporte, que poderá ser um táxi ou um mini-bus, conforme o volume da procura.

O serviço tem circuitos, paragens e horários definidos, mas as viaturas só efectuam os percursos se o serviço tiver sido solicitado previamente, apenas nas paragens que tiverem reservas.

O projecto é apoiado por fundos comunitários e visa ser uma referência para a divulgação e replicação do transporte flexível no contexto nacional, conforme se prevê no Plano Estratégico dos Transportes 2014-2020 do Governo.

O projecto apresentado foi criado para suprir a necessidade de quem vive em zonas com baixa densidade populacional, em deslocações a consultas médicas, aos correios ou às finanças, com recurso a um meio de transporte público.

O “Portugal Porta a Porta” será faseadamente alargado a todo o país, segundo o Plano Estratégico dos Transportes, avançando-se que os concelhos de Ourém, Tomar e Vila Nova da Barquinha vão ser os próximos a beneficiar do alargamento do projecto a outros concelhos do Médio Tejo.

A Federação Portuguesa do Táxi está atenta ao novo projecto e considera que o mercado já está muito sobrecarregado com vários tipos de transporte, evidenciando a qualidade, conforto e segurança que os táxis oferecem aos passageiros.

Proteja o seu negócio!

O seguro automóvel para o seu táxi.

Disponibilizamos-lhe uma solução automóvel adaptada às suas reais necessidades.



Esta comunicação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida, disponível em qualquer mediador Zurich.
Zurich Insurance plc - Sucursal em Portugal Morada: Rua Barata Salgueiro, 41 1269-058 Lisboa Tel.: 21 313 31 00 Fax: 21 313 31 11 e-mail: zurich.help@zurich.com

Táaxiii...

Livre para o seu negócio



Soluções de seguros
para Táxis

Lisboa: 211 149 403
Porto: 220 027 737
Portimão: 282 425 560

www.lusoatlantica.pt

LusoAtlântica 
Corretor de Seguros, S.A.

Táxi Seguro | Acidentes de Trabalho | Outros Ramos



ŠKODA Rapid por apenas €13.440* + IVA.
O carro certo para quem escolhe
sempre o caminho certo.



*Valor indicado para a versão Active. Incluindo desconto promocional, despesas de legalização, tratamento do processo, pintura metalizada preta e kit de pneu sobressalente. Não inclui pintura de tejadilho.

ŠKODA Rapid 1.6 TDI 105cv Active TÁXI

Se quer o seu TÁXI com toda a fiabilidade, baixos consumos, a melhor tecnologia e a maior bagageira do segmento (550 L), o novo ŠKODA Rapid oferece-lhe a melhor relação qualidade/preço. Recheado com 19 soluções Simply Clever, garante-lhe uma utilização prática e com todo o conforto.

SANTOGAL JUMP

Rua Alves Redol, 3A, 1000-029 Lisboa
Tel. 210 430 120 • Fax 217 117 217
www.santogal.pt

 **santogal**
O mundo automóvel.